



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E
URBANISMO
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO
CONCENTRAÇÃO EM URBANISMO
FACULDADE DE ARQUITETURA

NELMA GUSMÃO DE OLIVEIRA

**DE “CAPITAL DA PECUÁRIA” AO “SONHO DE PÓLO CALÇADISTA”:
A CONSTITUIÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DE ITAPETINGA, BA**



Salvador
2003

NELMA GUSMÃO DE OLIVEIRA

**DE “CAPITAL DA PECUÁRIA” AO “SONHO DE PÓLO CALÇADISTA”:
A CONSTITUIÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DE ITAPETINGA, BA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.
Área de concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Heliodório
Lima Sampaio

Salvador
2003

048 Oliveira, Nelma Gusmão de

De “capital da pecuária” ao “sonho de pólo calçadista”: a constituição da estrutura urbana de Itapetinga, BA./ Nelma Gusmão de Oliveira. Salvador, 2002.

236 p.; il.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo – área de concentração em urbanismo.

1. Planejamento Urbano – Itapetinga – Bahia. 2. Itapetinga – História. 3. Desenvolvimento Regional – Itapetinga – BA.

CDU: 711.4(813.8)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

NELMA GUSMÃO DE OLIVEIRA

**DE “CAPITAL DA PECUÁRIA” AO “SONHO DE PÓLO CALÇADISTA”:
A CONSTITUIÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DE ITAPETINGA, BA**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Salvador, 27 de janeiro de 2003

Banca Examinadora:

Guiomar Inez Germani _____

Doutora em Geografia, Universidade de Barcelona
Universidade Federal da Bahia

Angela Gordilho Souza _____

Doutora em Estruturas Urbanas e Ambientais, USP
Universidade Federal da Bahia

Antônio Heliodório Lima Sampaio (orientador) _____

Doutor em Estruturas Urbanas e Ambientais, USP
Universidade Federal da Bahia

À cidade de Itapetinga

AGRADECIMENTOS

Desde que optei por cursar mestrado em Arquitetura e Urbanismo, nunca tive dúvidas: Itapetinga seria o meu objeto de estudo no desenvolvimento da dissertação. Esta jovem cidade, onde vivi a maior parte da minha vida, me encanta e seduz, instigando a minha curiosidade por cada canto do seu território, tão belo, tão denso de história e estórias e, ao mesmo tempo, com espaços tão desiguais. A delimitação do tema, entretanto, só veio a se definir claramente através do amadurecimento teórico propiciado pelas disciplinas cursadas.

Inicialmente, o artigo desenvolvido durante a disciplina Teoria da Cidade levou-me a buscar compreender a dinâmica contemporânea da cidade. Mais tarde, no artigo desenvolvido na disciplina Teoria Urbanística, percebi que o estudo histórico da constituição da estrutura urbana desta cidade me conduziria a uma compreensão mais clara dessa dinâmica. Desta forma, mesmo consciente das dificuldades que teria nesta empreitada, optei por um recorte temporal mais longo e por uma análise mais global dos fenômenos em detrimento do detalhe.

No caminho percorrido, várias foram as contribuições de pessoas e instituições. A todos o meu sincero reconhecimento.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Departamento de Estudos Básicos e Instrumentais (DEBI), agradeço pela licença de afastamento das atividades docentes e pela concessão da bolsa de estudos que viabilizaram a dedicação exclusiva ao mestrado e a esta pesquisa.

Ao professor Antônio Heliodório Lima Sampaio o meu agradecimento e respeito pela clareza nas críticas e sugestões certas durante a orientação deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por ter me acolhido em seu corpo docente; aos professores deste programa, pelos ensinamentos adquiridos durante o cumprimento dos créditos e aos funcionários da Faculdade de Arquitetura da UFBA. Afetuosamente, agradeço a Jandira, tão eficiente, amiga e carinhosa em todos os momentos desta jornada.

Agradeço também, de forma especial, às professoras Guiomar Germani e Angela Gordilho, que participaram da banca de avaliação do projeto, pré-banca e banca final da dissertação. Suas sugestões contribuiriam de forma definitiva na redação deste trabalho.

Inúmeros foram os que contribuíram disponibilizando dados e informações. Sou profundamente grata a todos e especialmente a Portela do Jornal Dimensão, à Prefeitura Municipal de Itapetinga, ao Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE), à Câmara de Diretores Lojistas (CDL), ao Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa (SEBRAE), à Câmara de Vereadores de Itapetinga e ao Vereador José Gilson Felício de Jesus. A Edgar Porto da SEPLANTEC, pela generosidade de disponibilizar estudos não publicados e ao colega e amigo José Henrique Fernandes, a quem recorri inúmeras vezes ao telefone para esclarecimento de dúvidas.

A George Sodré agradeço pelo apoio, incentivo e disponibilidade para leitura crítica, não só deste trabalho de dissertação, mas de todos os trabalhos desenvolvidos para obtenção dos créditos.

A Flávio Scaldaferrri e Nelson Davi Duarte, minha gratidão pela disponibilidade em fazer uma avaliação crítica dos dados históricos apresentados e a Sinval Galvão e Eloá Prudente pelos socorros nos últimos instantes.

Aos colegas do mestrado agradeço pela rica troca de experiências e pelas animadas conversas e discussões teóricas durante os encontros das “indisciplinas”, em especial a Rosângela, Francisco Ulisses e Marcos Rodrigues, a quem recorri nos momentos de angústia e insegurança quanto ao melhor caminho a percorrer.

Agradeço carinhosamente aos amigos Sandra, André, Helena, Daniel, Eloísa, Mônica, Jeane, Renato, Lucio e Anete sempre compreensivos, suportando o *stress* e apoiando-me incondicionalmente em todos os momentos e à amiga Madeline Holly que revisou o Abstract.

Finalmente, agradeço à minha família: meus pais, Manoel e Leni; minhas irmãs Nélia e Cida e meus sobrinhos Tales e Victor. Seu carinho e apoio irrestrito foram fundamentais para assegurar-me a tranquilidade necessária ao desenvolvimento do trabalho.

Temos o direito de comparar a cidade
com uma sinfonia ou com um poema;
são objetos da mesma natureza.
A cidade pode ser ainda mais preciosa.
Ela se situa na confluência
do natural com o artificial.
Nela se desenvolve a forma mais
complexa e mais refinada de civilização.

Claude Lévi-Strauss

RESUMO

O trabalho apresenta estudo analítico da constituição da estrutura urbana da cidade de Itapetinga – BA, considerando as transformações que ocorreram desde a formação inicial do seu núcleo urbano, em 1924, até os dias atuais. Priorizou-se o período de meio século compreendido entre a emancipação política do município, em 1952, e o ano de 2002. O enfoque estabelecido privilegiou três eixos de análise, relacionados entre si e vistos numa perspectiva histórica urbano-regional: o processo de acumulação do capital; o papel do Estado e a organização espacial. Identifica-se, ao longo do processo de acumulação do capital, a constituição de seis períodos históricos relacionados à ascensão, apogeu e crise da pecuária bovina; à instalação da indústria agropecuária e sua crise e à instalação do Distrito Industrial que tem como principal investimento a indústria calçadista, Azaléia do Nordeste S/A. Identifica-se, também, os agentes envolvidos na produção da estrutura urbana da cidade e como suas ações se refletiram na configuração espacial. Os principais, dentre estes agentes, são os detentores do capital – proprietários fundiários rurais e urbanos; a indústria e o setor de comércio e serviços. O Estado, instituição político-jurídica, também foi objeto de reflexão como agente determinante na produção do espaço urbano nos três níveis de atuação: federal, estadual e municipal. Foram analisadas as ações do Estado empreendedor – no provimento de infra-estrutura e nas políticas de atração de recursos – e do Estado árbitro – na produção e fiscalização da normativa jurídica estabelecida através das iniciativas de planejamento. Baseado nestas análises ao longo dos diferentes períodos históricos verificou-se uma substituição do grupo detentor do poder econômico e político em Itapetinga, à medida em que se alteram as diferentes etapas do processo de produção e acumulação do capital. Constatou-se também que, a despeito das tentativas de planejamento, estes agentes detentores do poder econômico foram os principais determinantes de todas as ações que contribuíram de forma definitiva para a constituição do espaço urbano da cidade, determinando os rumos do planejamento ou agindo à sua margem com a conivência do Estado, conforme o que melhor atendesse aos seus interesses. Desta forma, como resultado final impresso no espaço urbano, constata-se o grande distanciamento entre a cidade ideal, planejada, e a cidade real, efetivamente constituída no espaço concreto, marcada pela desigualdade e segregação espacial que, a cada período, se tornam mais evidentes.

Palavras-chave: estrutura urbana; planejamento urbano; história da cidade; desenvolvimento regional.

ABSTRACT

The work presents an analytic study of the urban structure of the city of Itapetinga – Bahia, considering transformations that took place from the initial formation of its urban nucleus in 1924 to today. The mid-century period, considered to be between the municipal political emancipation, in 1952, and the year of 2002, became a priority. The focus established three privileged axes of analyses, related to each other and viewed in an historical urban-regional perspective: the process of capital accumulation; the role of the state and spatial organization. The formation of six historic periods is identified during the long process of capital accumulation related to ascension, the climax and crises of cattle raising; to the installation of the cattle industry and the Industrial District that had, as principal investment, the shoe industry, Azaléia do Nordeste S/A. The agents involved in the urban structure of this city's production were studied as well as the way their actions were reflected in the spatial configuration. The principal of these were the capital owners – the rural and urban landowners, industry and the business and service sector. The state, political-juridical institution, was object to this study as the determining agent of the production of urban space at its three actuation levels: federal, state and municipal. The actions of the enterprising state were analyzed – in the provisions for infrastructure and in the politics of resource attraction – as well as the arbitrate state – in the production and fiscalization of the juridical normative established through the planning initiative. Based on these analyses throughout the different capital accumulation process stages, it was observed that a substitution of the economic and political power holders occurred in Itapetinga by means of alternating the different stages of production and accumulation of capital. In addition, these economic power holders, in spite of planning attempts, were the principal determinants of all actions that contributed in a definitive way to the urban space of the city's formation, determining the direction of planning or acting on the sidelines with the state's complicity, conforming them to their convenience. The result, engraved in the urban space, is the large discrepancy between the ideal city, planned, and the real city, effectively constructed in the concrete space, marked by inequality and spatial segregation that became more evident each period.

Key words: urban structure; urban planning; history of the city; regional development.

SUMÁRIO

LISTA DE PAINÉIS DE FOTOS	14
LISTA DE MAPAS	15
LISTA DE TABELAS	16
LISTA DE SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	19
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
OBJETIVOS	24
O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	26
CARACTERÍSTICAS SÓCIO-GEOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA	31
METODOLOGIA	38
CAPÍTULO 1	
DO “COMERCINHO DE AUGUSTO” À CIDADE CONTEMPORÂNEA: A FORMAÇÃO DA CIDADE DE ITAPETINGA SEGUNDO OS TRÊS EIXOS DE ANÁLISE.	52
1.1 PRIMEIRO PERÍODO: A INSTALAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA. 1912 – 1952	53
1.1.1 Itatinga: O povoado em franco crescimento	55
1.1.2 A construção da emancipação política	60
1.2 SEGUNDO PERÍODO: O APOGEU DA ATIVIDADE PECUÁRIA. 1953 – 1959	68
1.2.1 As exposições agropecuárias	69

1.2.2	A pressão populacional e o crescimento urbano	72
1.2.3	As desigualdades sócio-espaciais	74
1.3	TERCEIRO PERÍODO: O INÍCIO DA CRISE. 1960 – 1968	76
1.3.1	A crise da pecuária de corte	76
1.3.2	O surgimento da pecuária mista	78
1.3.3	A imagem moderna da cidade	81
1.3.4	A expansão urbana	82
1.4	QUARTO PERÍODO: A CIDADE E A INDÚSTRIA. 1969 – 1984	84
1.4.1	As indústrias de laticínio e a CODITA	84
1.4.2	A cidade Ideal: as tentativas de Planejamento Urbano.	92
1.4.3	Os novos aspectos da crise	97
1.5	QUINTO PERÍODO: A CIDADE ESTAGNADA. 1985 – 1996	101
1.5.1	A falta de perspectivas econômicas	102
1.5.2	A busca de alternativas à crise	105
1.5.3	O Estado: suas ausências e presenças	106
1.6	SEXTO PERÍODO: O DISTRITO INDUSTRIAL E O “SONHO DE PÓLO CALÇADISTA”.	108
1.6.1	A “grande” saída para a crise	108
1.6.2	A Azaléia e seus possíveis impactos	110
1.6.3	A nova etapa no processo de acumulação do capital e os novos conflitos	112
1.6.4	Os investimentos públicos e o espaço urbano	113
1.6.5	As novas iniciativas de Planejamento	115

CAPÍTULO 2

	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ITAPETINGA: A CIDADE CONSTRUÍDA DENTRO DO JOGO DO PODER.	132
--	--	-----

2.1	A PRESENÇA DO ESTADO ATRAVÉS DA NORMATIVA JURÍDICA	133
2.1.1	A cidade planejada e a cidade real	134
2.1.2	A ilegalidade nas edificações e arrecadação pública	140

2.2	O ESTADO COMO AGENTE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	142
2.3	A PROPRIEDADE FUNDIÁRIA	146
2.3.1	A concentração fundiária	146
2.3.2	Os proprietários do solo como agentes na produção do espaço urbano	148
2.4	A LOCALIZAÇÃO DAS GRANDES EMPRESAS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	154
2.5	OS PROMOTORES IMOBILIÁRIOS E AS CONSTRUTORAS	156
2.6	AS MARCAS DA DESIGUALDADE NO ESPAÇO URBANO CONSTITUÍDO	157
 CAPÍTULO 3		
 “ITAPETINGA: CONSTRUINDO O FUTURO”. SONHOS E REALIDADES		
		164
3.1	OS “MODELOS” ADOTADOS	165
3.2	O DISTRITO INDUSTRIAL	172
3.3	O PROJETO AZALÉIA	173
3.3.1	A organização do trabalho	175
3.3.2	As questões locacionais e as novas espacialidades no Brasil	182
3.3.2.1	Os atrativos fiscais creditícios e de infra-estrutura	186
3.3.2.2	A “descentralização Industrial”	191
3.4	ALGUNS ASPECTOS ECONÔMICOS E DE INFRA-ESTRUTURA NA REGIÃO DE ITAPETINGA NO MOMENTO DE INSTALAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL	194
3.5	O NOVO CENÁRIO E O ESPAÇO URBANO	200
 CONSIDERAÇÕES FINAIS		
		213
 REFERÊNCIAS		
		227

ANEXOS

ANEXO A – INFORMAÇÕES BÁSICAS DO GRUPO AZALÉIA EM 2001	235
ANEXO B – RELAÇÃO DE PESSOAS ENTREVISTADAS	236

LISTA DE PAINÉIS DE FOTOS

Painel 1	De Itatinga a Itapetinga, ainda uma vila. Itapetinga-BA (1912 a 1952)	118
Painel 2	A cidade no apogeu. Itapetinga-BA (1952 a 1959)	119
Painel 3	A imagem moderna da cidade I. Itapetinga-BA (1960 a 1968)	120
Painel 4	A imagem moderna da cidade II. Itapetinga-BA (1960 a 1968)	121
Painel 5	A imagem moderna da cidade III. Itapetinga-BA (investimentos realizados no período de 1960 a 1968)	122
Painel 6	A cidade e a indústria I. Itapetinga-BA (1969 a 1984)	123
Painel 7	A cidade e a indústria II. Itapetinga-BA (investimentos realizados no período de 1969 a 1984)	124
Painel 8	Parques públicos. Itapetinga-BA (investimentos realizados no período de 1985 a 1996)	125
Painel 9	“O sonho de pólo calçadista”. Itapetinga-BA (1997-2002)	126
Painel 10	Investimentos em infra-estrutura e requalificação urbana. Itapetinga-BA (1997-2002)	127
Painel 11	Aterro sanitário e lixão. Itapetinga-BA (1997 a 2002)	128
Painel 12	Apropriação do espaço público pela iniciativa privada. Itapetinga-BA (1997-2002)	129
Painel 13	O Estado como agente na produção do espaço urbano. Itapetinga-BA	158
Painel 14	Vistas aéreas do espaço urbano. Itapetinga-BA	159
Painel 15	Precariedade do espaço urbano. Itapetinga-BA	160
Painel 16	Distrito industrial. Itapetinga-BA	210

LISTA DE MAPAS

Mapa temático 1	Localização da Microrregião Econômica de Itapetinga - 2000	49
Mapa temático 2	Itapetinga e principais conexões rodoviárias	50
Mapa temático 3	Planialtimétrico	51
Mapa temático 4	Evolução Urbana	130
Mapa temático 5	Principais investimentos públicos e privados	131
Mapa temático 6	Loteamentos e proprietários	161
Mapa temático 7	PDI – 1972 – Principais proposições	162
Mapa temático 8	PDDU – 1982 – Principais proposições	162
Mapa temático 9	A cidade real em 2000	162
Mapa temático 10	Ocupação do solo em 2000	162
Mapa temático 11	Sistema viário existente em 1971	163
Mapa temático 12	Sistema viário existente em 1981	163
Mapa temático 13	Sistema viário em 2000	163
Mapa temático 14	Localização da indústria calçadista na Bahia – 2000	211
Mapa temático 15	Localização da Indústria Calçados Azaléia S/A na região de Itapetinga	212

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População, área, densidade demográfica e taxa de urbanização dos Municípios de Itapetinga e Vitória da Conquista; do Sudoeste da Bahia e do Estado da Bahia – 2000.	35
Tabela 2	População, área, densidade demográfica e taxa de urbanização dos Municípios da Microrregião Econômica de Itapetinga, BA – 2000.	36
Tabela 3	População Urbana e Rural, taxa de Urbanização e densidade demográfica no município de Itapetinga, BA – 1940/2000.	37
Tabela 4	Índice de Gini na Microrregião de Itapetinga, BA 1960/1980	91
Tabela 5	Evolução do efetivo de rebanho bovino no Município de Itapetinga e no Estado da Bahia – 1980/2000 (mil cabeças).	103
Tabela 6	Produção anual de Leite no Município de Itapetinga e no Estado da Bahia – 1980/2000 (1000 litros).	103
Tabela 7	Áreas totais e reservas de áreas públicas nos loteamentos aprovados em Itapetinga, BA, a partir de 1982.	137
Tabela 8	Número de ligações de água e alvarás expedidos para construção em Itapetinga, BA (1991/2001).	141
Tabela 9	Proprietários do solo parcelado dentro do espaço urbano de Itapetinga, BA (1924/2000).	147
Tabela 10	Instalações industriais da Azaléia e geração de emprego ao final do ano de 2001 em Itapetinga e municípios próximos.	174
Tabela 11	Investimentos da Calçados Azaléia S/A na Região de Itapetinga até 2001.	191
Tabela 12	Índice do Produto Municipal do Estado da Bahia e de algumas cidades baianas em 1994.	196
Tabela 13	Quantitativos de empresas constituídas e canceladas no município de Itapetinga, BA no período de janeiro de 1997 a abril de 2001.	203
Tabela 14	Variação dos valores médios do solo urbano em alguns bairros da cidade de Itapetinga – 1997/2000.	207

LISTA DE SIGLAS

A.C.I	Associação Cultural Itapetinguense
ALIMBA	Alimentos da Bahia S.A.
ANCABRA	Associação Nacional de Crédito Agrícola e Extensão Agrícola
ARI	Associação Rural Itapetinguense
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
C.R.E.A.	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CAIC	Centro de Atenção integral à Criança e ao Adolescente.
CAR	Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CESAT	Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CODITA	Comitê de Desenvolvimento Industrial de Itapetinga
CONDEPE	Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária
COOLEITE	Cooperativa dos Produtores de Leite
COOPARDO	Cooperativa dos Produtores do Médio Rio Pardo
COOPROLEITE	Cooperativa dos Produtores de Leite
DESENBANCO	Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DORT	Doenças Ortomusculares Relacionadas ao Trabalho
EMARC-IT	Escola Média em Agropecuária da CEPLAC - Itapetinga
ETMISA	Empresa de Melhoramentos e Transportes de Itapetinga S.A.
FIEB	Federação das Indústrias da Bahia
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
Fundação SESP	Fundação Serviço Especial e Saúde Pública
FUNDESE	Fundo de Desenvolvimento Sócio-econômico
FUNDINOR	Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste
IBB	Indústria Brasileira de Bicicletas
IBCR	Instituto Brasileiro de Crédito Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
ILPISA	Industria de Laticínio Palmeira dos Índios S/A.
IMOL	Imobiliária Oliveira Ltda
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto sobre Imóvel Predial e Territorial Urbano
LER	Lesão do Esforço Repetitivo
MAFRIP	Matadouro Frigorífico do Médio Rio Pardo S/A
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDI	Plano Diretor de Itapetinga
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROCOMEX	Programa Estadual de Apoio aos Empreendimentos Produtivos que Exportam
PROURB	Projetos de Urbanização Ltda.
PT	Partido dos Trabalhadores
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SAAU	Serviço de Assessoria em Arquitetura e Urbanismo da UFBA
SEFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLANTEC	Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia da Bahia
SICM	Secretaria da Indústria Comércio e Mineração do Estado da Bahia
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUDIC	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia
TEBASA	Telecomunicações da Bahia S/A
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia

INTRODUÇÃO

A cidade é obra, associada mais com obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção e reprodução de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas.¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Apesar das diferenças de tamanho, tipo de atividade ou região, a grande maioria das cidades brasileiras exhibe problemática parecida que apenas se diferencia em grau e intensidade. O emaranhado de problemas interconexos que aí se colocam, envolvendo as carências em habitação, infra-estrutura, educação e saúde, são reflexos inerentes às contradições da sociedade capitalista instalada nos países subdesenvolvidos.

A organização interna destas cidades, sejam elas pequenas, médias ou grandes, revela uma distribuição desequilibrada. Ao lado de um grande número de lotes vagos e glebas não-urbanizadas convivem áreas densamente ocupadas marcadas por grandes desigualdades. Se, por um lado, encontramos espaços que representam verdadeiros cenários de luxo destinados ao consumo, por outro

¹ LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991, p.47.

encontramos áreas repletas de deficiências, insegurança e progressivo declínio das condições de vida.

Sem dúvida, é nas grandes metrópoles que estas contradições mais se acirram, mas é para elas que estão voltadas as maiores ações na área do planejamento e também são elas o objeto de estudo da maioria dos urbanistas. No entanto, tem ocorrido em todo o mundo, e mesmo no Brasil em menor escala, um movimento populacional expressivo encaminhando-se das cidades grandes para as cidades ditas de porte médio. Estas cidades, valorizadas por diversos atributos começam a atrair um grande contingente de população já informado das desfavoráveis condições de vida nas metrópoles. Comparando-se aos grandes centros, estes atrativos são: menores índices de criminalidade; reduzido tempo despendido para se chegar ao trabalho e aluguéis mais acessíveis. Por outro lado, em relação à população rural ou interiorana de centros menores, estas cidades oferecem: maior oferta de emprego ou subemprego; existência de infra-estrutura básica; oportunidades de acesso à informação e melhores recursos educacionais.

Esta tendência tem sido reforçada devido à nova configuração assumida pelo sistema de produção capitalista que, como resultado do processo de globalização da economia com conseqüente abertura dos mercados e acirramento da competição entre as unidades produtivas, tem sido conduzido a uma maior flexibilidade nos projetos industriais que tendem a se desconcentrar espacialmente.

A capacidade das grandes empresas de se multilocalizarem como estratégia para redução de custos ou de expansão da acumulação – viabilizada pela possibilidade de “segmentação” e “integração” de tarefas resultante dos avanços

tecnológicos – possibilita sua organização do trabalho em várias unidades de produção espacialmente distribuídas de forma fragmentada. Assim, as cidades menores tornam-se hoje habilitadas para sediar áreas de produção de empresas ou mesmo a ser local de moradia de trabalhadores que prestam serviços para suas sedes localizadas em outras cidades.

Assim, estas cidades ficam potencialmente sujeitas à maior parte dos problemas urbanos que hoje afligem as grandes metrópoles já industrializadas. Neste sentido, cresce a necessidade de ampliação da discussão sobre as pequenas e médias cidades. Esta discussão, iniciada em vários países, a partir dos anos 70, como consequência da necessidade de amenizar os problemas gerados pela concentração das grandes massas humanas e de suas atividades, assume agora um novo papel.

No Brasil, talvez porque esses movimentos populacionais ainda não sejam tão expressivos, as atenções dos urbanistas e planejadores ainda se concentram nas questões das metrópoles e praticamente inexistente bibliografia específica sobre as pequenas e médias cidades. Este fato, apesar de tornar a tarefa mais difícil, realça a necessidade de estudo sobre a dinâmica de constituição de sua estrutura espacial que, apesar de também obedecer à mesma lógica de formação das grandes cidades determinada pelo sistema de produção capitalista, possui, em cada caso, especificidades próprias.

Espaço das trocas e da produção e reprodução do capital, as cidades estão sempre numa posição de se ajustarem a forças que estão além de seu controle. Todas as transformações (tecnológicas, econômicas e políticas) ocorridas nos meios

de produção, dentro e fora do seu território, causam profundos efeitos na constituição de sua estrutura espacial. Esta estrutura tem se formado através da disputa travada por melhores condições locacionais entre os diferentes segmentos sociais na medida em que se estabelece uma relação entre oferta e demanda para acesso ao solo urbano. Nessa disputa, os segmentos sociais de renda mais alta, na grande maioria dos casos, levam vantagem, pois, conseguem produzir, construir e transformar, de acordo com seus interesses particulares, não só o seu próprio espaço, como também os espaços destinados à produção e aos outros segmentos sociais.

Portanto, para compreender a heterogeneidade destes espaços urbanos devemos refletir sobre sua constituição espacial, numa perspectiva histórica, buscando compreender a sua formação como resultado da interação entre o processo de acumulação do capital, envolvendo fatores econômicos, políticos e sociais e a ação voluntária do Estado, expresso nas políticas de atração de investimento, nas obras de infra-estrutura e nas iniciativas de planejamento urbano.

Dentre os agentes sociais que determinam a constituição da estrutura urbana, o Estado desempenha papel fundamental, pois são da sua competência a edição das normas urbanísticas e as políticas oficiais econômicas, habitacionais e de provimento e gestão de infra-estruturas e serviços públicos. Entretanto, apesar de sua responsabilidade no sentido de exercer o papel de mediador dos conflitos gerados pelos diferentes segmentos sociais que estruturam a sociedade e de implementar políticas sócio-econômicas de forma igualitária, principalmente no que diz respeito à produção do espaço urbano, o Estado tem sempre agido conforme os

interesses dos que detêm o poder econômico contribuindo, assim, para revelar as diferenças dentro da “sociedade retalhada pelo conflito de classes antagônicas”².

Portanto, a constituição do espaço urbano tem Estado à mercê da lógica econômica capitalista, caracterizada pela economia de mercado. Esta lógica, conforme afirma Henri Lefebvre³, cria um grande conflito entre o “valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano)” e o “valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos)” que busca subordinar, a si e à generalização da mercadoria, a cidade e a realidade urbana e, desta forma, extrair dela o maior lucro possível.

O rápido crescimento das cidades brasileiras contribui para formar e agravar, a cada dia, o quadro de segregação e exclusão social. Rapidamente, ocorrem grandes transformações no espaço urbano, onde novas áreas passam a ser incorporadas em forma de loteamentos – legais ou ilegais, clandestinos ou regulares – e as formas de uso do solo sofrem sucessivas mudanças.

Esse processo de produção e renovação urbana é acompanhado por demandas relativas a ações de ordenamento do espaço e implantação de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos. Entretanto, a ineficácia do Estado, em atender a todas estas demandas a contento, acaba por repetir dentro da cidade o modelo concentrador utilizado a nível nacional no Brasil, privilegiando, na distribuição de recursos, os territórios que são objetos de maior interesse para a reprodução do capital ou onde os segmentos dominantes habitam. Esta alocação

² LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p. 321.

³ LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991. p. 7

desigual de recursos públicos, associada a ações diferenciadas de ordenamento do uso e da ocupação do solo urbano, é um fator que contribui para gerar uma valorização desigual dos diferentes espaços da cidade e uma apropriação também diferenciada destes espaços pelos diferentes segmentos sociais. Desta forma, somente os segmentos sociais de renda mais elevada têm acesso aos espaços mais valorizados da cidade, ficando a população de baixa renda relegada aos espaços menos valorizados.

Nesse contexto, a atuação do Estado – seja através de implementação das legislações urbanísticas de ordenamento de uso e ocupação do solo urbano, seja através da sua omissão devido à inexistência ou não observância desta legislação – em sintonia com as demandas do mercado, contribui não só para modificar o mapa de valores do solo urbano, como também para determinar a própria constituição deste espaço.

OBJETIVOS

A orientação dessa pesquisa conta com o seguinte objetivo geral: apresentar um estudo analítico da constituição da “estrutura urbana” da cidade de Itapetinga, numa perspectiva histórica, considerando as transformações que ocorreram desde a formação inicial do seu núcleo urbano, em 1924, até os dias atuais, priorizando o período compreendido entre 1952 – ano de sua emancipação política e administrativa – e 2002.

Interessa a este estudo a compreensão da constituição do espaço urbano da cidade de Itapetinga. Entretanto, não deixarão de ser considerados aspectos

importantes da região polarizada por esta cidade, nem será perdido de vista, o contexto histórico em que esta formação econômica e social se insere na sociedade brasileira e baiana.

Neste sentido, a análise da “estrutura do espaço urbano” da cidade se dará num contexto histórico definido, segundo enfoque que privilegia três eixos de análise, relacionados entre si e vistos numa perspectiva urbano-regional, quais sejam: **o processo de acumulação do capital, o papel do Estado e a organização espacial.**

Estes eixos balizam os objetivos específicos que servirão para orientar os passos dessa investigação, fornecendo limites e pontos de referência para a análise e abstrações:

- identificar as diferentes etapas do processo de acumulação e reprodução do capital em Itapetinga e os diferentes agentes envolvidos neste processo ao longo da história;
- analisar as ações empreendidas pelo Estado nas políticas de atração de recursos e investimentos, no provimento de infra-estrutura e nas diversas tentativas de planejamento urbano expressas, principalmente, através da produção de leis que objetivaram o ordenamento do uso e da ocupação do solo;
- identificar como estes processos interagiram para a configuração do espaço urbano da cidade de Itapetinga.

O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Uma mesma cidade pode ser olhada tanto como parte de uma totalidade como pelos aspectos únicos de sua história particular. Conforme salienta Fainstein ⁴, a primeira linha de análise permite ver as relações gerais entre as forças macroeconômicas e as conseqüências urbanas, enquanto a segunda linha trabalha com o interno das cidades, examinando as forças que criam as particularidades de cada uma delas: a base econômica, as divisões sociais, os interesses políticos e as ações dos seus participantes.

Neste trabalho estudar-se-á a constituição da estrutura urbana da cidade de Itapetinga, no período de 1952 – ano de sua emancipação política – a 2002, buscando compreender suas diversidades a partir das forças internas e das táticas usadas pelos atores locais. Entretanto, não podem deixar de ser observadas as transformações ocorridas aí como manifestações de vários componentes que englobam o todo dentro de uma perspectiva econômica e política nacional e global.

Atrelados numa relação dialética, dois foram os fatores que, por expansão ou por alterações no seu interior, determinaram a configuração do espaço urbano da cidade de Itapetinga: o processo de acumulação e reprodução do capital na região e o as ações do Estado através das políticas de atração de recursos, do provimento de infra-estrutura e das diversas tentativas de planejamento urbano. Dentro desse processo dialético, destaca-se o poder econômico e político do proprietário fundiário,

⁴ FAINSTEIN, S. *The Changing World Economy and Urban Restructuring*. In: FAINSTEIN, S & CAMPBELL, S. *Reading in Urban Theory*, Malden, Mass.: Blackwell Publishers, 1996, pp. 170-186.

grande determinante da constituição da forma urbana na maioria das cidades dentro do sistema de produção capitalista.

O período delimitado para a pesquisa caracterizou-se, no Brasil, por períodos alternados de crescimento e crise da economia, acompanhado pelo acentuado processo de concentração da renda e acelerada urbanização. Como consequência, configurou-se uma nova imagem impressa no espaço territorial das cidades atuais, caracterizadas pelas marcas das desigualdades e exclusão social de parcela significativa da população.

Localizada numa das últimas regiões do Estado da Bahia a ser explorada, a jovem cidade de Itapetinga não foge a esta regra, durante seu curto período de existência viveu diversos momentos de crise e euforia dentro das diversas etapas do processo de produção capitalista.

Desde a formação de seu núcleo inicial até os dias atuais esta cidade pode presenciar o fortalecimento, o apogeu e a crise da monocultura da pecuária extensiva. Apesar de tê-la conduzido, inicialmente, a um período de grande prosperidade, transformando-a, rapidamente, em principal centro de criação bovina do Norte e Nordeste do Brasil, esta atividade foi incapaz de se sustentar devido ao seu modelo de exploração extensiva baseado na extração dos recursos naturais e na resistência dos agentes às mudanças de ordem tecnológica e das relações de produção.

No final dos anos 60, Itapetinga passou a ser palco de um processo de modernização implementado pela indústria de laticínios que teve que se relacionar com o modelo de produção pecuária extensiva existente.

Ao final da década de 90, numa era dita de “condição pós-moderna”⁵, a cidade assiste à emergência do sistema de “produção flexível” a partir da implantação do “Distrito Industrial de Itapetinga”, tendo como principal investimento a fábrica de calçados Azaléia do Nordeste S/A. Com a promessa inicial de produzir dez mil empregos diretos para a região, esta empresa foi atraída a partir de benefícios fiscais, creditícios e de infra-estrutura, como pode ser visto no capítulo 3 deste trabalho.

No processo de acumulação do capital, a relação que se estabelece é sempre marcada pelo conflito. No espaço urbano de Itapetinga, as desigualdades e a exclusão social se acirraram à medida que se agravavam esses conflitos determinados pelas diferentes etapas do processo de produção capitalista que conseguem coexistir simultaneamente na cidade contemporânea cada vez mais urbanizada.

Quanto ao Estado, como em via de regra acontece no Brasil, ao invés de funcionar como mediador destes conflitos, tem agido sempre em função do interesse

⁵ Aqui nos referimos à “condição pós-moderna” no sentido dado por HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992, de que apesar da existência de algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de compreensão do tempo-espaço na organização do capitalismo, essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova e ao sentido dado por JAMESON, F. *Pós-modernismo: ou a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática. 1996, de que o “pós-modernismo”, não é senão a lógica cultural do capitalismo avançado.

das classes dominantes, seja no estabelecimento de prioridades na aplicação dos recursos, seja no ordenamento do uso e ocupação do espaço urbano.

O contexto acima descrito permite a formulação de duas hipóteses:

- 1- Durante as várias etapas do processo de acumulação e reprodução do capital em Itapetinga, tem havido uma substituição histórica dos agentes possuidores do poder econômico e, conseqüentemente, do poder político, capazes de direcionar as ações do Estado, determinando assim a estrutura do espaço urbano da cidade.
- 2- Apesar das iniciativas “localizadas” de Planejamento Urbano, a configuração espacial de Itapetinga sempre esteve à mercê do capital fundiário, proprietário do solo urbano, historicamente atrelado aos agentes detentores do poder político e econômico na região.

Dessa forma, desde 1955, quando aprovou o seu primeiro Código de Posturas, grandes avanços não podem ser percebidos como resultado de ação articulada no sentido de construir um futuro que ofereça melhores condições de vida aos habitantes de Itapetinga. Apesar dos esforços “localizados” despendidos neste sentido, a materialização no espaço veio como resposta a um contexto preciso de interesses políticos e da especulação fundiária que passaram ao largo das propostas de planejamento, levando à destruição da paisagem urbana como sua revelação.

Todas as transformações que Itapetinga vem sofrendo no contexto da dinâmica contemporânea urbano-industrial do Brasil e as possibilidades de

mudanças no espaço urbano que este novo quadro provoca justificam um estudo da constituição de sua estrutura urbana com base nos processos históricos de sua formação.

Além disso, justifica a busca da compreensão do processo de formação da estrutura urbana desta cidade o fato de seu espaço construído, caracterizado pela desigualdade sócio-espacial, possuir alguma referência em planejamento urbano ainda que as iniciativas neste sentido não tenham sido, de fato, implementadas. Mesmo sabendo que a maior parte da cidade foi construída à margem das normas urbanísticas, isto não significa que elas não tenham influenciado, com as suas presenças, com as suas ausências, lacunas ou falhas, a construção do seu espaço urbano.

Por outro lado, Itapetinga é representativa de um universo expressivo de cidades com população na faixa de 60.000 habitantes, às quais se reserva um novo papel na ordem econômica brasileira. Estas cidades são, em sua imensa maioria, carentes do processo de planejamento⁶ e, praticamente inexitem estudos empíricos sobre o processo de sua formação. Assim, esperamos que este trabalho possa contribuir para o preenchimento desta lacuna.

É pertinente salientar a existência de alguns estudos acadêmicos sobre a região de Itapetinga, principalmente no que tange ao processo de acumulação do capital que, inclusive, serviram de base para esta pesquisa. Entretanto esses

⁶ Planejamento compreendido não como apenas elaboração de planos mas como um processo cíclico que implica em conhecimento da realidade e recursos disponíveis, estabelecimento de objetivos; elaboração e implementação de ações; acompanhamento, avaliação e reformulação destas ações.

estudos estão localizados em diferentes períodos no tempo e não buscaram relacionar o eixo de análise econômica com a estruturação do espaço urbano da cidade. Portanto, este trabalho pretende agregar informações qualitativas aos estudos citados, de forma crítica, buscando entender os diversos períodos como diferentes etapas do processo de constituição da estrutura urbana desta cidade.

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-GEOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA

O município de Itapetinga, como pode ser visto no mapa temático 01, localiza-se na Região Econômica do Sudoeste da Bahia e possui três distritos: o sede, Palmares e Bandeira do Colônia. Sua área geográfica é de 1.615,40 Km², fazendo fronteira com os municípios de Itororó, Itambé, Macarani, Itarantim, Pau Brasil e Itajú do Colônia⁷.

Pela classificação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que não adota o sistema de microrregiões econômicas, esta cidade se insere, na 14.^a Região Administrativa da Bahia – Região Administrativa de Itapetinga, constituída de 13 municípios⁸.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entretanto, adota o critério de microrregiões econômicas e insere a cidade na Microrregião Econômica de Itapetinga. Chamada, anteriormente, de Microrregião Agropastoril de Itapetinga, esta região, composta por nove municípios e polarizada pela cidade de Itapetinga,

⁷ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE – Cidades@. Síntese Itapetinga – BA. Acesso em 15 mar. 2002.

⁸ Informações oferecidas pela SEI, respondendo a consulta da autora.

teve seu nome alterado devido à crise da pecuária, sua principal atividade econômica até alguns anos atrás⁹.

Provavelmente, a nova dinâmica regional, assumida a partir da instalação da indústria calçadista, com unidades de produção em doze dos treze municípios da Região Administrativa de Itapetinga, irá criar novos fluxos econômicos, interferindo nos critérios para esta classificação do IBGE, conduzindo a uma nova definição de seus limites. Na prática, estes limites já têm sido alterados, nas próprias ações governamentais, como é o caso Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) desenvolvido para o Sudoeste da Bahia pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), que considera a Influência da cidade de Itapetinga sobre um número maior de Municípios. Entretanto, neste trabalho, foi adotada a classificação de Microrregião Econômica de Itapetinga, sem grandes prejuízos, uma vez que, a maior parte das reflexões aqui apresentadas referem-se ao desempenho da atividade pecuária, que durante mais de meio século serviu de base econômica para o território polarizado pela cidade de Itapetinga.

Tendo como coordenadas geográficas o paralelo de 15°18" latitude sul e o meridiano de 40°12' de longitude oeste e distando da cidade de Salvador, aproximadamente, 334 km em linha reta e 571 km por rodovia, Itapetinga está estrategicamente situada entre os grandes eixos rodoviários que atravessam o Estado fazendo a articulação entre o Nordeste e o Sul/Sudeste do País (BR-116 e BR-101). Segundo estudos realizados pela SEI¹⁰, que apontam as concentrações

⁹ Informações oferecidas pela IBGE, respondendo a consulta da autora.

¹⁰ BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. *Cidades da Bahia*. Salvador: SEI, 1997 (Série Estudos e Pesquisas, 35), 158p. p.29.

mais importantes e densas em fluxos da economia baiana situadas nos extremos da fronteira do estado – com os estados de Goiás (Barreiras), com o estado de Pernambuco (Juazeiro) e com o Oceano Atlântico (faixa litorânea compreendida entre a Br-116 e a Orla) –, estes eixos viários correspondem também aos dois principais eixos de fluxos econômicos da faixa litorânea.

Sendo o principal ponto de articulação de um elo de ligação (composto pela BA 263, Vitória da Conquista-Itapetinga, e a BR 415, Itapetinga-Ilhéus) entre estes dois eixos, Itapetinga, ressalta-se, também, por estar inserida num dos eixos transversais de ligação entre as regiões do Oeste do Brasil e da Bahia e o litoral baiano (ver mapa temático 02). Devido a sua localização, o município sofre influência de dois blocos regionais, Vitória da Conquista/Jequié (BR-116) e Ilhéus/Itabuna (BR-101) e dispõe de uma infra-estrutura viária privilegiada, quando comparada a outras regiões do estado, transformando-se num subpólo urbano regional.

O clima de Itapetinga é caracterizado como tropical quente e úmido, com precipitação média de 860 mm/ano apresentando inverno seco¹¹. A pluviosidade máxima registrada, nos últimos trinta anos, foi de 1.341,4 mm em 1992 e a mínima de 447,6 mm em 1993¹². O período chuvoso é de novembro a janeiro com precipitação média de 128 a 219 mm mensais, enquanto no período seco (maio a setembro) a precipitação varia de 25,2mm a 51,8 mm mensais. A temperatura média

¹¹ Informações fornecidas pela Seção de Climatologia da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

¹² Informações fornecidas pela Estação Climatológica da Emarc-It – Escola Média em Agropecuária da CEPLAC.

anual é de 23,1°C, sendo a média das máximas de 28,8°C e a média das mínimas de 19,2°C.

As classes de solo predominantes são o brunizém avermelhado, latossolo vermelho amarelo álico e argissolo vermelho-amarelo eutrófico e distrófico.

O relevo do município é caracterizado como de planaltos e depressão – Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista e Depressão de Itabuna-Itapetinga, conhecida como o grande vale agropastoril. Do ponto de vista geomorfológico, insere-se entre a faixa de tabuleiros a leste e os últimos patamares do Planalto Sul Baiano.

A Cidade está localizado às margens do rio Catolé, depois da confluência com o Catolezinho e o riacho das Duas Barras. À margem direita deste rio, nasceu o primeiro núcleo urbano que deu origem à cidade e foi ao longo de suas margens que a cidade se expandiu. Ele não só se constitui em uma das principais fontes de água para a população da cidade, como é também o principal depositário dos seus esgotos.

Com uma altitude média de aproximadamente 267 m, a maior parte do perímetro urbano está sobre um patamar coberto de seixos e blocos de quartzos ferruginosos cobertos por material argilo-arenoso amarelo. A declividade excede aos 15% apenas em alguns trechos localizados como é o caso de algumas ruas centrais, perpendiculares à margem direita do Catolé, conforme pode ser visto no mapa temático 03, não ultrapassando, estes trechos, a 20% da área total do perímetro.

A vegetação dominante no município é a de pastagens artificiais dos capins braquiária e colômbia e, em menor parte, a floresta estacional decidual e semi-decidual, floresta ombrófila densa e floresta decidual submontana.

O município de Itapetinga é o terceiro mais populoso da Macrorregião Econômica do Sudoeste da Bahia. Sua população de 57.931 habitantes representa 5,10% desta região e 0,44% do total do Estado. A densidade demográfica, de 35,86 habitantes por quilômetro quadrado, como pode ser visto na tabela 1, está acima dos índices apresentados para o Estado da Bahia e para Região Sudoeste de 26,69 e 23,16, respectivamente. Entretanto, a taxa de urbanização de 95,25 %, muito acima da apresentada para o Sudoeste (65,29%) e para o conjunto do estado (67,05%), revela a grande concentração de toda esta população na área urbana e não distribuída no território do município. Mesmo a cidade de Vitória da Conquista que concentra a maior população e polariza economicamente toda a Macrorregião, apresenta taxa de urbanização de 85,92%, inferior à de Itapetinga.

Tabela 1 – População, área, densidade demográfica e taxa de urbanização dos Municípios de Itapetinga e Vitória da Conquista; do Sudoeste da Bahia e do Estado da Bahia – 2000.

Municípios/Região /Estado	População			Área (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)	Taxa de Urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural			
Itapetinga	57.931	55.182	2.749	1.615,40	35,86	95,25
Vitória da Conquista	262.494	225.545	36.949	3.216,00	81,62	85,92
Sudoeste	1.135.362	741.291	394.071	42.542,90	26,69	65,29
Bahia	13.066.910	8.761.604	4.305.306	564.273,00	23,16	67,05

FONTE: SEI, 2000 / IBGE, 2000.

A Microrregião Econômica de Itapetinga, polarizada economicamente pela cidade de Itapetinga, é composta por nove municípios perfazendo uma área total de

11.401 km² e possui 18,52% da população da Região Sudoeste. O município de Itapetinga, o mais populoso da Microrregião, detém 27,56 % de sua população. Também em relação à região, Itapetinga possui a mais alta taxa de urbanização. Devido à predominância da pecuária extensiva, a população é predominantemente urbana na maioria dos municípios com exceção apenas de Ribeirão do Largo e Encruzilhada, onde existe também uma forte presença da agricultura, principalmente voltada para a produção do café e feijão. A tabela 2 mostra os dados demográficos de todos os municípios da Microrregião.

Tabela 2 – População, área, densidade demográfica e taxa de urbanização dos Municípios da Microrregião Econômica de Itapetinga – 2000.

Municípios	População			Área (km ²)	Densidade Demográfica (hab/Km ²)	Taxa de Urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural			
Itapetinga	57.931	55.182	2.749	1.615,40	35,86	95,25
Encruzilhada	32.924	4.983	27.941	2.048,20	16,07	15,13
Itambé	30.850	22.175	8.675	1.631,40	18,91	71,88
Itororó	19.799	16.627	3.172	331,90	59,65	83,98
Itarantim	16.923	12.960	3.963	1.789,80	9,46	76,58
Ribeirão do Largo	15.303	4.451	10.852	1.226,40	12,48	29,09
Macarani	14.594	10.719	3.875	1.376,50	10,6	73,45
Potiraguá	14.579	7.546	7.033	966,30	15,09	51,76
Maiquinique	7.326	5.208	2.118	415,30	17,64	71,09
Total	210.229	139.851	70.378	11.401	18,44	66,52

FONTE: SEI, 2000 / IBGE, 2000

Tendo a pecuária bovina extensiva como principal atividade, os dados demográficos do Município de Itapetinga estiveram, historicamente, relacionados com o desempenho econômico do setor, como pode ser visto na tabela 3 e no gráfico 1. Devido ao rápido desenvolvimento dessa atividade no início de sua exploração, a população total recebeu um grande incremento. Ainda na condição de

Vila, na década de 40 chegou a sofrer um aumento de 77,18% no período de dez anos; na década de 50 o incremento foi de 46.27%. Considerando a população urbana, o crescimento é ainda mais evidente; nas décadas de 40 e 50 a população sofreu aumentos que chegaram à ordem de 664% e 250%, respectivamente.

Nos anos 60, com o início da crise da pecuária, o incremento populacional na região de Itapetinga começou a cair sensivelmente chegando quase à estagnação no período de cinco anos compreendido entre o censo de 1991 e a contagem do IBGE em 1996.

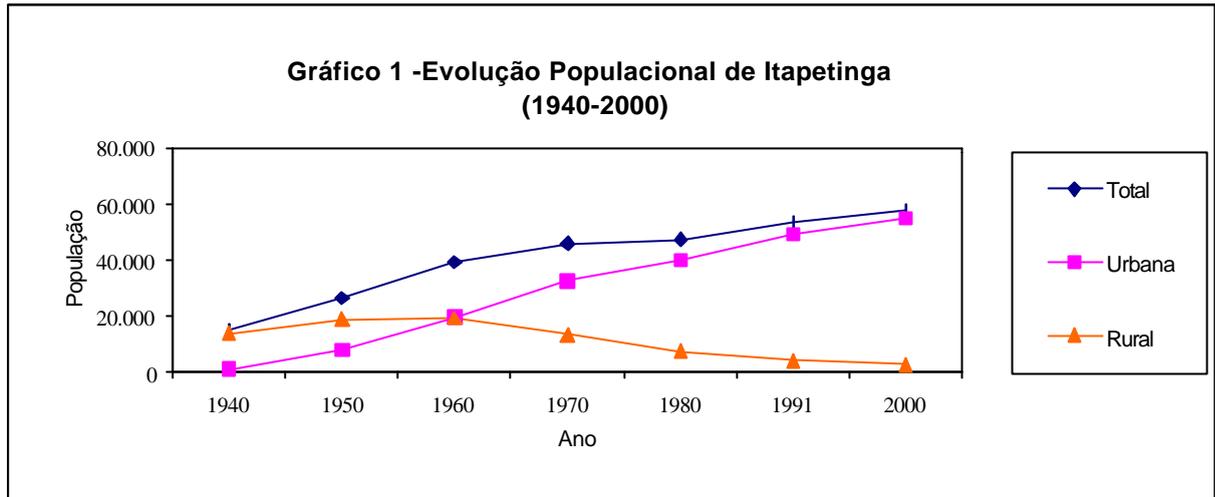
A partir de 1996, com a notícia de instalação do distrito industrial, o município aparenta mudar a tendência de crescimento. Nos quatro últimos anos desta década cresceu em 3.766 habitantes, contra apenas 680 nos cinco anos anteriores. Entretanto, encontrando-se este processo ainda em implantação, não se tem ainda o afastamento histórico necessário para uma avaliação clara da interferência deste fenômeno sobre a dinâmica demográfica da região.

Tabela 3– População Urbana e Rural, taxa de Urbanização e densidade demográfica no município de Itapetinga – 1940/2000.

ANO	População Residente			Taxa de urbanização (%)	Densidade demográfica (hab/Km ²)
	Total	Urbana	Rural		
1940	15.083	1.188	13.895	7,88	9,34
1950	26.725	7.887	18.838	29,51	16,54
1960	39.091	19.671	19.420	50,32	24,20
1970	46.112	32.629	13.483	70,76	28,55
1980	47.417	39.784	7.633	83,90	29,35
1991	53.485	49.341	4.144	92,25	33,11
1996*	54.165	50.021	4.144	*92,35	33,53
2000	57.931	55.182	2.749	95,25	35,86

Fonte: IBGE 1940/2000

*População estimada na contagem do IBGE – dado não utilizado no gráfico



Fonte: IBGE, 1940/2000.

Verifica-se, ainda pela tabela 3 e gráfico 1, que até a década de 60 a população de Itapetinga era predominantemente rural. Em 1960 este quadro se reverteu, seguindo tendência do acelerado processo de urbanização ocorrido, principalmente a partir da década de 50, na grande maioria das cidades brasileiras. Por outro lado, o sistema monocultor extensivo e concentrador da produção pecuária na região, caracterizado pela pequena oferta de emprego e incapaz de fixar o homem ao campo, contribuiu para o agravamento deste quadro prevalecendo um grande êxodo rural também nas décadas seguintes. A taxa de urbanização, que era de 7,88% em 1940, chega a 95,25% em 2000, colocando Itapetinga como um município eminentemente urbano.

METODOLOGIA

Método de abordagem

Esta pesquisa, caracterizada como um estudo teórico-empírico, apóia-se na história da cidade e do urbanismo como linha de pesquisa e na perspectiva da

história-crítica. Tendo como matriz metodológica a noção de que o sujeito e o objeto se relacionam dinamicamente, foram construídas, a partir da mediação teórica, categorias para análise e compreensão da realidade empírica.

Foi adotado o conceito básico de que o conhecimento histórico só é possível quando se busca compreender o fenômeno em sua “totalidade”¹³, qualquer que seja a dimensão espaço-tempo em que foi produzido. Desta forma, foram abordados diversos fatores de ordenamento e crescimento urbano de Itapetinga na busca de compreender a lógica de sua formação como um produto social, econômico e político materializado através de sua organização espacial em constante produção, transformação e renovação.

O que nos interessa é o fato de que a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo.¹⁴

O caminho metodológico percorrido buscou reconstruir o processo histórico através de um enfoque que privilegia três eixos de análise: **o processo de acumulação do capital na região, o papel do Estado e a organização espacial da cidade.**

Categorias de Análise e conceitos fundamentais

A clareza de que a busca do conhecimento se desenvolve em uma sociedade de classe e que o sujeito do conhecimento é a teoria, sendo esta, a única que permite a compreensão e reprodução com grande proximidade da realidade, leva ao

¹³ O termo “totalidade” é aqui usado no sentido dado por SANTOS, M. *Espaço e Método*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992. p. 52.

¹⁴ SANTOS, M. *Espaço e Método*. 3.^a ed. São Paulo: Nobel, 1992. p. 9

entendimento de que o sujeito não é neutro, e que toda teoria é carregada de ideologia.

Com esta preocupação, o estudo foi montado de modo a contemplar, no escopo, as interações das diversas categorias num processo dinâmico e dialético. Assim, este trabalho, que estuda a constituição da estrutura urbana de Itapetinga com base no processo **histórico** de sua formação, parte da articulação entre duas categorias essenciais, a **categoria espaço** e a **categoria tempo**.

O **espaço** foi trabalhado segundo o conceito básico de SANTOS que define “o espaço como sendo a soma da paisagem (ou, ainda melhor, da *configuração geográfica*) e da *sociedade*”¹⁵. Considera-se que “o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação”¹⁶. Desta forma, o espaço foi tratado como uma categoria histórica, pois o seu significado e a sua percepção, como os do próprio tempo, variam ao longo deste mesmo tempo à medida que são acrescentadas novas variáveis, e estas mudanças, como demonstra HARVEY¹⁷, afetam os valores individuais e os processos sociais mais elementares.

SANTOS¹⁸, quando define os elementos do espaço como sendo os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas, considera cada elemento como um conceito e, neste sentido, considera o espaço como um sistema, não na definição tradicional de sistemas, mas num conceito do sistema como um conjunto de sistemas.

¹⁵ Ibid. p.2. Grifos do autor.

¹⁶ Ibid. p.49.

¹⁷ HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

¹⁸ SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 3.^a Ed. São Paulo: Nobel, 1992. 88p. p.9.

“Na verdade, se os elementos do espaço são sistemas (tanto quanto o espaço), eles são também verdadeiras estruturas. Neste caso, o espaço é um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido em sua evolução à evolução das suas próprias estruturas.(...)cada estrutura evolui quando o espaço total evolui e a evolução de cada estrutura em particular afeta a da totalidade”¹⁹.

Considerando que, em toda a sua história, a cidade é resultado do entrelaçamento de temporalidades diversas, procurou-se dividir o tempo, conforme orientação de SANTOS²⁰, em períodos que mantêm as mesmas estruturas, isto é, pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica com a manutenção das estruturas. Considera-se período, o espaço de tempo no qual se mantém constante um conjunto de relações e de proporções sociais, políticas, jurídicas e econômicas – as estruturas.

Dessa maneira, foram relacionados o espaço e o tempo no processo de construção da cidade, contrapondo não só espacialidades diferentes como também temporalidades diferentes. Ou seja, de um lado, foi catalogado e sistematizado o espaço urbano, possuidor de uma dimensão material, e as formas jurídicas e sociais que o regulam e de outro, colocou-se o tempo tal como ele se dá nas diferentes escalas de sua existência, ainda que, freqüentemente, seja difícil precisá-las.

Ao relacionar espaço e tempo, neste meio século compreendido entre 1952 e 2002, procura-se compreender a estrutura da cidade atual, uma vez que esta é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado. “O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam

¹⁹ Ibid. p.16.

²⁰ SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo; globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 68-72.

na atualidade”²¹. Itapetinga, que teve seu núcleo urbano estruturado a partir de 1924, apresenta hoje, em seu espaço urbano, evidências dos diferentes períodos de sua construção.

Cabe então, introduzir o conceito de **estrutura urbana**, aqui compreendida não como conceito estático da estrutura arquitetônica, mas como algo dinâmico em cuja constituição “existe uma base física e territorial subjacente onde são produzidos e se reproduzem os ‘sistemas’”²².

Para Santos²³ “*Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”. Conforme afirma Sampaio²⁴ isto equivale à noção de organização e tanto pode ser usado de um ponto de vista estático, como situação de um momento dado, ou de um ponto de vista dinâmico processual. Interessa-nos o estudo da “estrutura urbana” de Itapetinga nesta perspectiva processual como uma sucessão dinâmica de situações no tempo implicando sempre em continuidades e rupturas.

A exterioridade da “estrutura urbana”, em sua configuração, revela historicamente as correlações de forças – ativas e criadoras – que produzem a cidade. Aí, estrutura física é apenas parte da estrutura urbana (social, econômica, política, etc.) e, como objeto de estudo, possui especificidades com determinações e “momentos” intimamente ligados àquilo que se denomina “estrutura interna” da cidade, articulada às necessidades de produção e reprodução, em seus vários níveis”²⁵.

²¹ Ibid. p.22

²² SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. *Formas Urbanas: Cidade Real e Cidade Ideal; contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto Editora/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999. p.334.

²³ SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 3.^a Ed. São Paulo: Nobel, 1992. p. 50. Grifo do autor.

²⁴ SAMPAIO (1999) op. cit.

²⁵ Ibid. p. 335. Grifo do autor.

Para Santos²⁶ pode-se expressar “forma como uma estrutura revelada”. Assim, “sendo mais visível” sua análise poderia ser, aparentemente, mais fácil que a da estrutura. Entretanto, este autor chama a atenção de que, sendo a forma resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente, dissociada da estrutura, ela conduziria a falsa análise, pois, “formas semelhantes resultaram de situações passadas e presentes completamente adversas”.

Considerando a estrutura urbana como conteúdo da forma Lefebvre²⁷ conceitua **Forma Urbana** como sendo:

Mentalmente: a simultaneidade dos acontecimentos das percepções dos elementos de um conjunto no *real*)
Socialmente: O encontro e a reunião daquilo que existe nos arredores, na vizinhança (bens e produtos, atos e atividades, riquezas) e, por conseguinte, a *sociedade urbana* como lugar socialmente privilegiado, como sentido das atividades (produtivas e consumidoras) como encontro da obra e do produto”.

Lefebvre afirma ainda que “A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade”²⁸. Têm lugar na cidade, configurando o seu processo de construção, as instituições mais específicas, em nível municipal, e as instituições mais gerais, como as que “dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante”. Estas instituições coexistem com aquelas propriamente urbanas, administrativas e culturais. Na cidade capitalista, comercial e industrial, o **Estado**, cuja “formação acompanhou a ascensão do capitalismo e do qual a burguesia soube se apoderar para gerir o conjunto da sociedade”²⁹ não pode deixar de ser entendido como categoria de análise.

²⁶ SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 3.^a Ed. São Paulo: Nobel, 1992. p.51.

²⁷ LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes Ltda, 196. p. 90-91.

²⁸ Ibid. p.53

²⁹ Ibid. p. 54.

O Estado — instituição político-jurídica — foi analisado considerando-se a distinção jurídica em três níveis: federal, estadual e municipal. Desta forma será estudada a ação direta, como responsável formal pela organização do espaço urbano através do poder público municipal, e indireta, através das ações em nível federal e estadual.

Fundamentando ainda o processo de constituição da estrutura urbana da cidade de Itapetinga, encontra-se o seu processo histórico de **acumulação do capital**, aqui compreendido como expressão das relações de produção que geram o excedente social apropriado – a mais valia. No caso específico desta pesquisa, parte-se do pressuposto que este processo se deu através do conflito entre os diversos detentores do capital em suas diferentes etapas de acumulação e reprodução.

Dentre estes capitais, merece destaque a presença do **capital fundiário** investido na propriedade da terra que será analisado sob dois aspectos: a terra rural, a fazenda de pecuária, entendida como bem natural onde se deposita trabalho – grande determinante do processo de acumulação do capital na região – e a terra urbana, cujo mercado é o principal gerador dos problemas urbanos: dispersão/hiperconcentração, déficit habitacional, crescimento periférico, alto custo dos equipamentos urbanos e outros.

Método de investigação (fontes de informação e procedimentos)

Foram adotados dois tipos de fontes de informações como base para o escopo da pesquisa: fontes secundárias – fontes bibliográficas – e fontes primárias – entrevistas e análise de documentos.

Foram utilizados como recursos secundários: dissertações de mestrado, livros, artigos e monografias acadêmicas, periódicos, documentos escritos e publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Prefeitura Municipal de Itapetinga, Câmara Municipal de Itapetinga, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), concessionárias de energia elétrica e telefonia, outras empresas e entidades locais.

No suporte bibliográfico pode-se separar aquele de cunho teórico metodológico, que serviu ao embasamento histórico conceitual, daquele de cunho quantitativo que forneceu dados estatísticos. Através deste acervo catalogado e reunido objetivou-se avançar no conhecimento referente ao objeto proposto.

Como fontes primárias foram utilizadas as coletas diretas de dados através dos órgãos ligados à administração pública, cartório de registros e empresas; observações diretas no espaço construído; entrevistas com pessoas que atuaram de forma concreta na produção da história da cidade e consultas a arquivos públicos e particulares.

Vale ressaltar, neste caso, as dificuldades encontradas devido ao escasso legado bibliográfico em informações disponíveis e inexistência de banco de dados atualizado pelo poder público municipal. Desta forma, o trabalho se constituiu, principalmente, em pesquisa de campo, buscando construir uma metodologia que enfocasse os três eixos de análise estudados.

Nesse sentido, foi empreendida a observação direta em todos os bairros da cidade, para apreensão do seu espaço urbano na atualidade. Além disso, buscou-se, junto à Câmara Municipal, as normas urbanísticas municipais desde 1955, quando foi editado o seu primeiro Código de Posturas, até o ano de 2002, fim do período de objeto deste estudo, com ênfase na análise crítica dos dois planos diretores elaborados, em 1972 e 1981.

Ainda no plano das ações locais, foram levantados dados referentes aos investimentos em infra-estrutura e equipamentos urbanos que influenciaram os principais vetores de crescimento da cidade; a política habitacional; as obras sociais e as intervenções pontuais que buscaram a valorização da imagem urbana.

Foram analisadas, também, as principais políticas de atração de investimentos e as grandes obras de infra-estrutura, que influenciaram na formação da hierarquia regional, realizadas através da articulação do Estado em seus três níveis: municipal, estadual e federal.

Junto ao cartório de registros de imóvel levantou-se informações que, cruzadas ao material iconográfico existente no Departamento de Obras e

Edificações Públicas da Prefeitura Municipal, permitiram reconstruir a evolução histórica da comercialização do solo urbano e dos detentores de sua propriedade.

Ainda no Departamento de Obras e Edificações Públicas da Prefeitura Municipal foi realizado levantamento sobre licenças de construção, regularizações de obras, “habite-se” e projetos de loteamento. Estas informações foram cruzadas com o número de solicitações das ligações de água e esgoto que foram colhidas junto ao SAAE.

Procuraram-se também, junto aos agentes do mercado imobiliário, dados que indicassem a variação do valor do solo urbano na última década, buscando avaliar o reflexo das novas transformações na economia.

Junto à Câmara de Diretores Lojistas (CDL) e ao Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa (SEBRAE), foram levantados dados que refletem as condições de funcionamento do comércio de Itapetinga, antes e depois da implantação do distrito industrial.

De posse desse material, as informações coletadas foram sistematizadas em tabelas, gráficos e mapas e relacionadas com as referências utilizadas como suporte teórico.

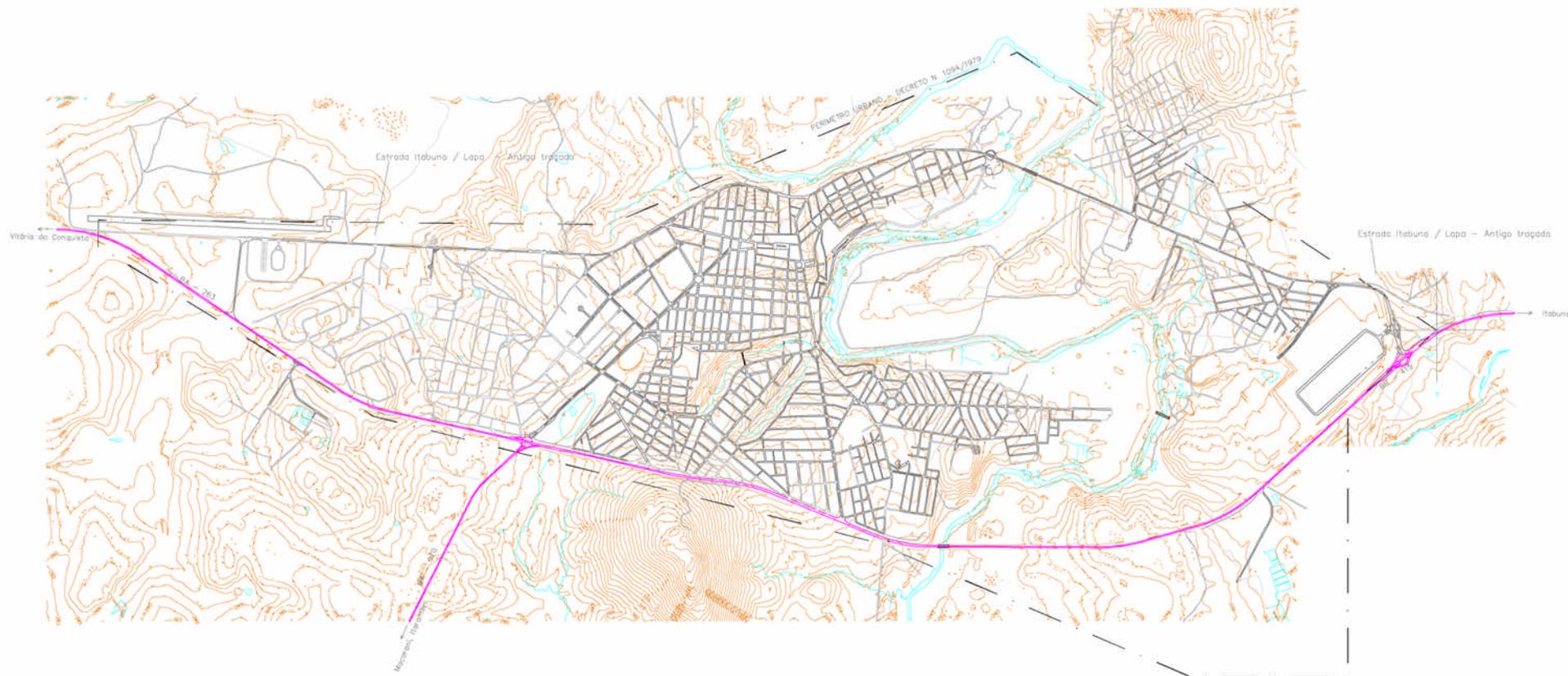
Dessa forma, o trabalho foi dividido em cinco partes. Inicialmente, na Introdução, foram abordados: as considerações iniciais, objetivos da pesquisa, problematização, justificativa e metodologia empregada.

No capítulo 1 – Do “Comercinho de Augusto” à cidade contemporânea: a formação da cidade segundo os três eixos de análise – discorreu-se sobre a constituição da estrutura urbana de Itapetinga segundo a orientação destes eixos conforme periodização estabelecida com base nas diferentes etapas do processo de acumulação do capital na região. O aspecto analisado refere-se às transformações econômico-sociais, políticas e espaciais, ocorridas na cidade de Itapetinga-BA desde a formação do núcleo urbano até os dias atuais, dentro de um contexto histórico regional, estadual, nacional e global.

No capítulo 2 – A produção do espaço urbano de Itapetinga: A cidade construída dentro do jogo do poder – analisa-se a cidade como resultado da interação entre os diversos agentes que atuam na produção de seu espaço urbano.

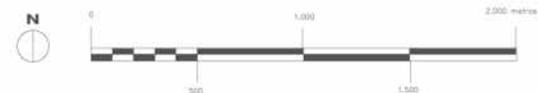
No capítulo 3 – “Itapetinga: Construindo o Futuro”. Sonhos e realidades – é feita comparação entre a cidade esperada dentro da perspectiva do “sonho de pólo calçadista”, simbolizada pelo lema utilizado pelo Poder Público Municipal na estratégia de *marketing* das duas últimas administrações, e a realidade concreta que se estabelece no espaço urbano diante da implantação do Distrito Industrial.

Finalmente, com base no referencial teórico procurou-se extrair algumas conclusões a partir das informações relatadas nos capítulos anteriores. Foram incluídos também aí alguns anexos inflormativos com o objetivo de esclarecer e complementar este relato.



LEGENDA

- | | |
|---|--|
|  Rodovias |  Perímetro Urbano |
|  Vias Pavimentadas |  Rios, lagos e lagoas |
|  Vias não pavimentadas |  Curva de nível |
|  Caminhos | |



FONTES:

LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO
 COMPANHIA DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL-CAR -1998

BASE CARTOGRÁFICA:
 LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO
 COMPANHIA DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL-CAR -1998

ELABORADO POR:
 NELMA GUSMÃO DE OLIVEIRA

ESCALA: 1/25.000

CAPÍTULO 1

DO “COMERCINHO DE AUGUSTO” À CIDADE CONTEMPORÂNEA: A FORMAÇÃO DA CIDADE DE ITAPETINGA SEGUNDO OS TRÊS EIXOS DE ANÁLISE.

Caso nenhuma intervenção planejada for levada a efeito em Itapetinga, o que acontecerá com sua estrutura urbana? A cidade terá condições de oferecer aos seus cidadãos um ambiente agradável de morar, trabalhar, educar, viver, enfim, estará preparada para a tarefa de ser cidade-pólo da região agro-pecuária? Manterá a posição ostentada de Município progressista, ou entrará num declínio de aspirações cada vez menores, em contraposição aos ideais pioneiros de outras décadas? São perguntas que até certo ponto são irrespondíveis, se não concentrarmos forças na definição do presente e na perseguição de um futuro – misto de ficção entre desejo e ação, realidade e sonho, impossibilidade e realização.³⁰

Neste capítulo, será resgatada a constituição do espaço urbano de Itapetinga segundo os três eixos de análise: **o processo de acumulação do capital, as ações do Estado** e a **configuração espacial**, num processo histórico, relacionando as categorias espaço e tempo, na busca de compreender a lógica de sua formação.

Considerando, o espaço como um “mosaico de elementos de diferentes eras”³¹ buscou-se, de acordo com Santos, estabelecer, “através da História, seções de tempo em que, comandado por uma variável significativa, um conjunto de variáveis mantém um certo equilíbrio, uma certa forma de relações”³². Desta forma,

³⁰ UFBA, SAAU - Serviço de Assessoria em Arquitetura e Urbanismo – *Proposta de Plano Diretor para Itapetinga*. Itapetinga: UFBA/ Prefeitura Municipal de Itapetinga, 1972. f.7.

³¹ SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 3.^a Ed. São Paulo: Nobel, 1992.p.22.

³² *Ibidem*. p.23.

a história de Itapetinga será analisada através de períodos estabelecidos a partir das etapas de crescimento e estagnação no processo de acumulação do capital em sua região durante as cinco décadas que são objeto deste estudo. Entretanto, com o objetivo de melhor compreensão deste processo, recua-se ao início da ocupação da região com a atividade pecuária por volta de 1912.

1.1 PRIMEIRO PERÍODO: A INSTALAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA. 1912 – 1952.

Este período foi marcado pela instalação e expansão da pecuária de corte, e pela ocupação plena dos espaços naturais. Região de difícil penetração, devido aos obstáculos naturais da vegetação de mata densa e à resistência indígena³³ ao invasor branco, Itapetinga foi um dos últimos espaços explorados no Estado da Bahia.

No final do século XIX, com a pecuária já instalada em Vitória da Conquista, surgiram os primeiros visitantes da região de Itapetinga – caçadores, jagunços e viajantes que usavam a estrada pedestre que ligava Canavieiras ao Planalto de Conquista. Esta estrada foi aberta na segunda metade desse século com o objetivo de escoar, para o litoral, o gado criado às margens do Rio Pardo.

Para Hassegawa³⁴ o marco inicial da exploração da região de Itapetinga constitui-se no período em torno de 1880, quando o sertão foi assolado por uma

³³ Na região pertencente a Itapetinga, Itarantim e Maiquinique viviam os nativos da tribo Mongoyós.

³⁴ HASSEGAWA, Welliton Rezende. *A Crise da Economia Pecuária Bovino-Extensiva da Micro-Região Pastoril de Itapetinga: Subordinação, Conflito e Mudanças nas Relações de Produção nos Últimos 30 anos.* (Mestrado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Cruz das Almas. Orientador Prof. Amílcar Baiardi. 1992.

seca que levou grande número de sertanejos a procurar na região mais litorânea uma alternativa de fixação.

Assim, a ocupação se dá através de migrantes da seca, que trazem consigo o machado, o fogo e o boi para a abertura das primeiras fazendas, dando início a uma pequena agricultura de subsistência e a prática da pecuária para o desbravamento e ocupação definitiva da região. As freguesias e vilarejos viriam logo em seguida por influência do comércio abundante realizado por mascates[...]³⁵.

Em 1912, o primeiro posseiro se instalava na área onde, hoje, se encontra a cidade de Itapetinga. Em busca de terras férteis para tirar posses, Bernardino Francisco de Souza, liderando um grupo de desbravadores encontrou, na margem direita do Rio Catolé, o local ideal para se fixar e constituir sua propriedade.

Muito tempo não tardou até que outros conhecidos seus se instalassem nas redondezas abrindo espaço na densa mata e, dentre eles, Augusto de Carvalho que, em 1923, separou, dentro da mata bruta, um pedaço de terra de 10 ha para a formação de um povoado. Entretanto, este desbravamento da região pelo homem civilizado aconteceu, principalmente, através da força das armas diante dos povos primitivos que aí habitavam e de práticas agressivas de exploração da natureza. Marcus Vanderley, pecuarista da região, em seu “Tributo” aos primeiros ilustra o caráter desta exploração:

Os índios sentiram a presença de estranhos nos seus domínios, os bichos das matas perceberam a presença do invasor; nos rios, antas capivaras e lontras ouviram e sentiram o troar das espingardas. Acordava a região o toque desbravador do homem e a área de Itapetinga começava a ser integrada ao mundo civilizado. [...]roças surgiram, retalhos de queimadas e logo depois ilhas de capim apareceram verde mais claro, contrastando com o verde escuro da floresta.

³⁵ Ibid. p. 79.

Inicialmente as beiras dos rios maiores; depois seus afluentes, até que um dia os retalhos foram invertidos e hoje permanece aqui e acolá um pedaço mais escuro de mata contrastando com o verde claro das mangas.³⁶

O núcleo urbano inicial, constituído a partir de setembro de 1924 com a construção de cinco casas de taipa no terreno escolhido por Augusto de Carvalho, tinha o objetivo de concentrar o abastecimento necessário à população que começava o desbravamento da região e passou a chamar-se “Comercinho de Augusto”. Mais tarde, devido à grande quantidade de pedras brancas existentes na região, este povoado começou a chamar-se Itatinga, nome derivado do tupi-guarani (Ita – pedra; tinga – branca). Um ano mais tarde, em dezembro de 1925, já existiam onze casas neste agrupamento.

A adequação das características do solo e clima destas terras – os mais apropriados do estado à pecuária bovina – propiciaram o rápido desenvolvimento da atividade. A fama da região logo se espalhou transformando o povoado em um importante foco de atração para as regiões circunvizinhas e criando aí grande oportunidade de negócios. O arraial de Itatinga se expandiu a passos largos, não tardando a se tornar sede do distrito de Itatinga, criado pelo Decreto Estadual n.º 8.499, de 22 de junho de 1933, pertencente ao município de Vitória da Conquista.

1.1.1 Itatinga: O povoado em franco crescimento.

Onze anos após a constituição de seu núcleo inicial, por volta de 1935, o distrito de Itatinga já se constituía de um núcleo urbano de quase mil habitantes com mais de 40 casas, todas muito simples. A entrada da cidade dava-se pela cancela da

³⁶ WANDERLEY, Marcus. Tributo aos nossos primeiros. In: NERY, Antônio da Silva. *Juvino Oliveira: Vida e Obra*. Itapetinga: Dimensão, 1995. p. 101-102.

Fazenda Astrolina, então de Propriedade de Augusto de Carvalho, na atual rua dois de Julho. Conforme relato do Dr. Orlando Bahia³⁷, primeiro médico da cidade que aí viveu de 1935 a 1939, estas casas se distribuíam, principalmente, ao longo de larga praça, hoje denominada Augusto de Carvalho (painel 1 – foto 1), concentrando-se mais em sua parte mais baixa; numa pequena rua que ligava a cancela à praça; na pequena rua à direita da praça; na rua Rui Barbosa que se prolongava “sem solução de continuidade” à esquerda da praça; na rua José Bonifácio, perpendicular à Rui Barbosa e na rua que, saindo do cruzamento da Rui Barbosa com a José Bonifácio em “acentuado declive”, levava ao rio. A rua atrás da praça, Marechal Floriano, chamada rua do Cavaco, era a rua das “mulheres” e onde era proibida a freqüência de “moças de família”, característica que conservou até meados dos anos 70. A esta altura já havia sido instalado, na parte mais baixa da praça, um grande barracão de tropeiros, com o objetivo de abrigar os feirantes, tropeiros e viajantes que abasteciam o comércio local. O médico descreve da seguinte maneira a sua primeira visão da cidade:

Em 1935, quando fui, pela vez primeira, o fiz via Mata de São Paulo. Ao chegar a Itatinga, entardecia. Passada a cancela da Fazenda Astrolina, de Augusto de Carvalho, que se abria numa pequena rua sobre a praça que hoje tem o nome daquele pioneiro, tive a primeira visão da terra: uma praça em declive, com casas modestas, apresentando em baixo, na esquina com a rua Ruy Barbosa, um barracão para tropeiros, cheio de gente. De cada lado da rua, a espaços regulares, lampiões de querosene já acesos em pequenos postes de madeira davam interessante aspecto ao local. Chamava a atenção o intenso movimento de gente na rua. Para um lugarejo de cerca de dois mil habitantes, achei uma coisa extraordinária o que estava observando. Ainda mais: os homens de “culote”, botas, chapéu de abas largas, cinto com balas (cartucheira), revólver à cinta, tipo verdadeiro “cow-boy”, arrastando esporas que, de propósito, usavam com as rosetas baixas para fazerem ruído ao rasparem o chão [...].³⁸

³⁷ BAHIA, Orlando. Subsídios à História de Itapetinga. IN: NERY, Antônio da Silva. *Juvino Oliveira: Vida e Obra*. Itapetinga: Dimensão, 1995. P 44-79.

³⁸ Ibid. p. 49.

Nesta época, o povoado era famoso também por sua movimentada vida noturna, principalmente na rua das mulheres e no bilhar, onde os homens ficavam até tarde, às vezes meia-noite, principalmente nas sextas-feiras, vésperas dos dias de feira.

Isolada no meio da floresta, Itatinga achava-se bastante longe de centros mais civilizados. Itambé, distante cerca de “10 léguas” (60 quilômetros), era o mais próximo. Logo depois Vitória da Conquista e, Itabuna, a três dias de viagem a cavalo. Outros centros menores como, Macarani e Maiquinique, eram também de acesso difícil. Itatinga, então, já se constituía em entroncamento de quatro estradas de pedestres.

A viagem de Salvador a Itatinga era feita em cinco dias. No navio de rodas da Navegação Baiana até a cidade de Nazaré; de trem de Nazaré a Jequié; de “pirua”, ou na cabina de caminhão em estrada de barro até a cidade de Vitória da Conquista e a cavalo de Vitória da Conquista até Itatinga passando por Itambé onde se fazia o pernoite.

Essa dificuldade de acesso, atrelada à monocultura da atividade pecuária, com apenas uma pequena agricultura de subsistência, tornava o custo de vida muito alto. Itatinga nada possuía que custasse barato. Entretanto, diziam que o alto custo de vida estava associado ao grande volume de dinheiro que circulava no lugar.

A sociedade era constituída nos moldes do interior brasileiro, à base da “honra”, do trabalho e da rigorosa formação da família. O nível médio de instrução

era muito baixo, muito aquém mesmo de outros municípios em formação na época. Os mais instruídos contavam apenas com o curso primário³⁹, nem sempre concluído.

Após a derrubada das matas e a propriedade já empastada, o gado solto não requeria grandes cuidados. A fazenda era quase sempre administrada por um vaqueiro que zelava para que o gado não se extraviasse, ferrava, benzia em caso de doença e amansava bois e burros. O pagamento, em muitos casos, era feito em forma de produtos, geralmente 1/4 das crias, o que permitia a alguns constituírem seus rebanhos e, em alguns casos se tornarem pequenos proprietários. Além disso os empregados faziam roças de subsistência, cuja produção era dividida na “meia” com o proprietário, que era responsável pela alimentação quando a produção não fosse suficiente.

Devido aos hábitos simples e ao nível cultural limitado do pecuarista, que teve origem semelhante à maioria dos trabalhadores, a diferença de classes sociais não se mostrava muito evidente inicialmente. “Se quase todos os ricos de então foram, no início de suas vidas, vaqueiros, tropeiros, boiadeiros, machadeiros na derruba das matas, vendeiros etc, não havia como fazer a separação”⁴⁰. Entretanto, esta aparente semelhança cultural e social conseguia dissimular os conflitos inerentes à luta de classes e proporcionar uma relação de total cooperação da classe trabalhadora em relação ao produtor rural, o que propiciou uma velocidade maior da concentração do capital fazendo com que estas diferenças se manifestassem mais adiante de forma muito mais evidente.

³⁹ O curso primário equivalia à conclusão da quarta série do primeiro grau. O nível constituído entre a quinta e a oitava série do primeiro grau era chamado de ginásio.

⁴⁰ BAHIA, Orlando. Subsídios à História de Itapetinga. IN: NERY, Antônio da Silva. *Juvino Oliveira: Vida e Obra*. Itapetinga: Dimensão, 1995. P.59.

As condições sanitárias eram as mais precárias possíveis; praticamente não existiam hábitos regulares de higiene; o banho em geral era usado sempre aos domingos, quando se trocava de roupa. Ainda segundo o relato do Dr. Orlando Bahia⁴¹ “as lavadeiras desempenhavam o seu ofício no rio Catolé. No mesmo local, lavavam-se os cavalos e um pouco mais abaixo apanhava-se água para beber”. Os esforços do médico para que invertessem as posições eram em vão, ficando, assim a população exposta a todo o tipo de contaminação.

A limpeza pública não havia. Apenas os porcos comiam a sujeira da rua e os dejetos depositados nos quintais através das latrinas⁴². Dessa forma, a verminose era endêmica na região, o que não fugia à regra de todo o Brasil, e pouca gente escapava à malária.

O comércio local se abastecia na praça de Salvador e, em alguns casos, na de Itabuna, através de “Viajantes” que vendiam em atacado, chamados Caixeiros-Viajantes. Não possuindo correios nem telégrafo, os telegramas eram passados para Conquista e dali enviados por um portador que se denominava “positivo” e que viajava sempre a pé. Já as cartas chegavam via Itabuna ou Conquista por viajantes que faziam o favor de levá-las. As viagens nas épocas de chuva eram muito difíceis graças aos atoleiros ou mesmo devido às enchentes que às vezes tornavam as estradas intransponíveis por vários dias. Em um destes períodos, devido à dificuldade de abastecimento de gêneros alimentícios, o arraial chegou a ser vulgarmente chamado de “Itafome”.

⁴¹ Ibid. p 65.

⁴² As latrinas eram pequenos tablados de madeira, com dimensões inferiores a um metro quadrado, sobre pequenos esteios fincados no solo, a meio metro de altura, com os quatro lados abertos. No meio do tablado um buraco de aproximadamente 20 cm de diâmetro onde eram depositadas as excretas humanas.

Sob o domínio da ditadura Vargas não havia muita movimentação política no distrito de Itatinga. A partir da Constituição Federal de 10 de novembro 1937, impunha-se um regime ditatorial, caracterizado pela concentração absoluta de poderes no Executivo ou, mais especificamente, no seu instituidor: Getúlio Vargas. Não havendo eleições, os prefeitos⁴³ eram nomeados, os governos dos estados exercidos por interventores federais da confiança do presidente e por ele nomeados. O povo não participava efetivamente da vida política. A ditadura impunha e todos cumpriam, por bem ou por mal.

1.1.2 A construção da emancipação política

Durante a década de 30 a economia local sofreu um forte ingresso de capitais vindos de outros municípios da região. Atraídos, principalmente, pelo seu potencial natural e motivados pela decadência de antigas áreas de criação, grande número de pecuaristas já estabelecidos em outras regiões adquiriram propriedades em Itatinga. Dentre eles, destaca-se Juvino Oliveira que, após adquirir 25 alqueires⁴⁴ de terra das mãos de Augusto de Carvalho no ano de 1933, instalou-se na região e em pouco tempo tornou-se o grande líder da classe produtora. O Sr. Juvino esteve à frente de todas as movimentações que nortearam os destinos da cidade durante quase três décadas. Seu pensamento desenvolvimentista e cooperativista, atrelado à sua capacidade de liderança, conduziu a um período de grandes realizações, através da cooperação da classe dos produtores, que acabariam por determinar a projeção da futura cidade de Itapetinga no estado e no país, como grande bolsão de pecuária do Norte e Nordeste do Brasil.

⁴³ Na época, ainda administrava Itapetinga o prefeito da Comarca de Itambé.

Fato decisivo neste processo foi a criação da Associação Cultural Itatinguense (A.C.I.)⁴⁵ à noite de 14 de novembro de 1936 numa casinha da praça Augusto de Carvalho, por um grupo de produtores liderados por Juvino Oliveira e pelo médico Orlando Bahia. A A.C.I. logo conseguiu construir sede própria, em terreno doado por Juvino Oliveira, onde começaram a funcionar cursos gratuitos de música, inglês e geografia, e onde se colocou uma estante com vários livros que viria a se tornar a primeira biblioteca da cidade. Ali também se jogava xadrez e se realizavam os bailes. A partir de então, eram feitas reuniões semanais, onde aconteciam desde os “bate-papos” sobre assuntos culturais até as decisões mais importantes sobre os rumos da comunidade Itatinguense. A A.C.I. esteve, a partir de então, no centro de todos os acontecimentos importantes de Itapetinga. Em todos os setores de atividade, qualquer que fosse a iniciativa, a A.C.I. estaria lá a capitanear.

Em 1937 a A.C.I conseguiu adquirir um rádio que veio revolucionar as comunicações em Itatinga criando a possibilidade de ouvir notícias e música do mundo inteiro.

Foi ainda esta instituição que, tendo Juvino Oliveira como presidente, liderou, a partir de 1951, o processo de criação do Ginásio Alfredo Dutra. Este estabelecimento, que já funcionava plenamente em 1953, abrigaria, mais tarde, também o curso normal, passando a se colocar como opção de formação no ensino médio para toda a região. Antes disso, o acesso à educação, além do ensino fundamental, só era possível aos filhos das classes mais abastadas que eram

⁴⁴ 1 alqueire na região equivale a 19,36 hectares.

⁴⁵ Mais tarde, com a mudança de nome de Itatinga para Itapetinga, a A.C.I. viria a chamar-se Associação Cultural Itapetinguense.

enviados para completar seus estudos em outros centros como Itambé, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus ou Salvador.

Em 1938, pelo Decreto Estadual de n.º 10.724, de 30 de março, a sede do distrito de Itatinga elevou-se à categoria de Vila como parte integrante do município de Vitória da Conquista e, ainda em 30 de novembro deste mesmo ano de 1938, pelo Decreto Estadual n.º 11.089, foi o distrito de Itatinga desmembrado do município de Vitória da Conquista e anexado ao de Itambé.

No ano de 1939 se conseguiu, com apoio da prefeitura de Itambé, inaugurar uma ponte sobre o rio Catolé Grande (painel 1 – foto 2), que possibilitou grande melhoria no acesso a Itabuna. Entretanto, o passo definitivo no sentido da integração de Itapetinga ao cenário baiano foi quando, ainda nesse ano de 1939, com a “marcha para oeste” de Getúlio Vargas, começou a ser construída a rodovia que liga Itabuna a Vitória da Conquista, passando por Itatinga. Concluída em 1941, esta rodovia que se prolongou até a Lapa, foi um marco fundamental para o desenvolvimento de Itatinga que, a partir de então, começou a se estabelecer como entreposto comercial de toda a região, servindo como ponto de ligação de outros municípios menores, como Macarani, Maiquinique, Potiraguá e até Jordânia, no Norte de Minas Gerais, a esta Rodovia (painel 1 – foto 3).

Por outro lado, esta estrada iria influenciar também o traçado da cidade que começou a se expandir em direção a esta rodovia através da chamada ‘Curva da Estrada’, mais tarde denominada rua 7 de Setembro. Esta expansão e a localização da ponte acima citada podem ser observadas nos mapas 04 e 05.

Em 1943, o Decreto-Lei Estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, modificado pelo Decreto Estadual n.º 12.978, de 1.º de junho de 1944, mudou o nome da Vila de Itatinga para Itapetinga. Este fato se deu devido ao Decreto de Lei Federal 5.901 publicado no Diário Oficial da União, que dispunha sobre as normas nacionais para a revisão quinquenal da divisão administrativa e jurídica do país, e que dizia em seu artigo 7, inciso 1º que quando duas ou mais localidades tivessem a mesma denominação esta prevaleceria para a mais elevada categoria administrativa ou judiciária na seguinte ordem de preferência capital, sede da comarca, sede de termo, sede de município, sede de distrito e antigüidade. Assim sendo, por haver uma Vila mais antiga de nome Itatinga, localizada no distrito de Santos⁴⁶, no estado de São Paulo, a Vila de Itatinga da Bahia teve que mudar de nome.

Em 1947 a vila, que além do núcleo central já se expandia em direção à estrada que liga Vitória da Conquista a Itabuna, assume um novo vetor de expansão. As fortes chuvas que aconteceram nesse ano provocaram uma grande enchente no rio Catolé inundando uma área ocupada por um aglomerado de casas de pessoas de baixa renda, chamado “Enfeza Homem”, deixando um grande número de desabrigados. O administrador da Vila, Guilherme Dias, juntamente com o prefeito de Itambé, Coriolando José Fagundes, procurou o então deputado federal Régis Pacheco que, juntamente com outros políticos da região, conseguiu verba para comprar uma parte da fazenda de Otávio Camões de Araújo, remanejando para esta área, onde hoje é uma parte do bairro Camacã, as pessoas do Enfeza Homem.

⁴⁶ Atualmente pertence ao distrito de Bertoga

Apesar da grande quantidade de terra ainda desocupada em torno da pequena mancha ocupada pela Vila, já existiam pessoas vivendo em áreas de risco, devido a essas terras já estarem todas apropriadas pelos produtores rurais.

Foi, de fato, determinante para o desenvolvimento econômico e cultural de Itapetinga o forte espírito de cooperação para os investimentos que beneficiassem os interesses da classe dos produtores. Ainda na condição de Vila, os investimentos públicos através da prefeitura de Itambé eram mínimos. Desta forma, todos os grandes investimentos ocorridos na cidade partiam da iniciativa de um grupo de produtores que, liderados por Juvino Oliveira, assumiam seu empreendimento.

Como exemplo destas ações podemos citar a construção da estrada Itapetinga-Potiraguá, em 1947, que viria fortalecer o comércio de gado e o abastecimento de pequenos centros urbanos da região no comércio de Itapetinga; a formação da União Progresso Itapetinguense, em 1944, constituída de um grupo de 25 pessoas, que viria a instalar o primeiro gerador de energia elétrica na vila, e a formação da Empresa de Transportes e Melhoramentos de Itapetinga S.A. (ETMISA). Essa última foi criada, em junho de 1951, à base de “quotas populares”, conforme anunciado pelo seu primeiro presidente, Juvino Oliveira⁴⁷, com o objetivo de realizar o transporte intermunicipal. O surgimento dessa empresa se deu em represália à Empresa de Transportes Viação Conquistense, responsável, até então, pelo transporte na região. Quando a empresa conquistense transferiu o ponto de parada de ônibus para almoço, que acontecia em Itapetinga, para um barracão improvisado a alguns quilômetros dessa localidade, feriu os interesses da

⁴⁷ OLIVEIRA, Juvino. Itapetinga é isso II. In: NERY, Antônio da Silva. *Juvino Oliveira: Vida e Obra*. Itapetinga: Dimensão, 1995.

comunidade, pois esta se beneficiava da parada para fazer o fornecimento da alimentação aos passageiros e estabelecer, nesse momento, um importante ponto de encontro para o comércio de gado. Indignados com esta situação, os produtores se reuniram e formaram a ETMISA.

Em nível nacional, em 29 de outubro de 1945, caía o regime ditatorial do Estado Novo, implantado em 1937. Após longo período ditatorial, uma série de acontecimentos conduziu o país rumo à democratização. Foram acontecimentos marcantes: a anistia aos presos políticos; a criação e legalização de novos partidos; o fim da censura aos meios de comunicação e o acatamento do direito de greve. Nesse clima foram convocadas a Assembléia Nacional Constituinte e eleições, por sufrágio direto, secreto e universal, para Presidente da República; para as Assembléias Legislativas e Governos Estaduais.

A Constituição Federal, promulgada em 18 de setembro de 1946, refletiu essa abertura política. Deputados e senadores constituintes procuraram estabelecer uma distribuição eqüitativa dos poderes, até então centralizados, e assegurar a autonomia municipal nos aspectos políticos, administrativos e financeiros. A autonomia política ficou caracterizada, no texto legal, pela eleição do prefeito e dos vereadores (art.28, I); as autonomias administrativas e financeiras ficaram caracterizadas não só pela organização dos serviços públicos municipais, como também na arrecadação dos tributos de sua competência e aplicação de suas rendas (art. 29, II).

A esta altura a Vila de Itapetinga já se constituía em um ponto de maior poder econômico que a sede do município. Nessa situação, tornava-se inaceitável às suas

lideranças políticas continuar a depender política e administrativamente de Itambé, uma vez que o distrito em vários aspectos ultrapassara em muito a sede, inclusive no volume de impostos arrecadados, e reunia todas as condições para ser reconhecido como unidade municipal autônoma.

Dessa forma, em julho de 1951, Juvino Oliveira encaminhou ao deputado Adelmário Pinheiro, um dos representantes do distrito na Assembléia Legislativa, um abaixo-assinado direcionado à Assembléia e ao governador Régis Pacheco com a reivindicação da autonomia municipal para Itapetinga.

A esse documento foi anexado um resumo⁴⁸ das possibilidades econômicas e financeiras do município, onde destacam-se os seguintes dados: a quantificação do rebanho bovino como superior 100.000 cabeças de gado; o “franco” desenvolvimento da atividade industrial contando com três fábricas de laticínios, uma usina de beneficiamento de arroz e milho, quinze olarias exportando telhas e tijolos para o sul e Salvador, grande número de marcenarias, carpintarias, selarias, saboarias, curtumes, serrarias, fábricas de calçados e 15 alfaiatarias; a emergente indústria extrativista de madeira; a presença de mais de 50 estabelecimentos comerciais, de 2 prédios escolares e algumas escolas particulares; a existência de 42 hotéis e pensões, dois serviços de alto-falante, 1.517 casas pagando décimas e cerca de 500 em construção e, por último, as possibilidades de intercâmbio interestadual, devido ao intenso comércio estabelecido com o norte de Minas Gerais: pela via pedestre com as localidades de Divisa do Salto, Jacinto, Jordânia e Almenara, negociando cerca de 100 lotes de 12 animais por mês e pelo tráfego de

⁴⁸ OLIVIERA, Juvino. Itapetinga. In: NERY, Antônio da Silva. *Juvino Oliveira: Vida e Obra*. Itapetinga: Dimensão, 1995. p. 30.

caminhões através da estrada Rio-Bahia (atual BR-116). De acordo com esse resumo, as condições de higiene e saúde pública ainda continuavam precárias:

Precisamos de tudo que se refere a questões de higiene e saúde, tratando-se de uma zona assolada pela malária, shistosomose e o vírus do tifo-para-tifo. A municipalidade em colaboração com particulares está dotando a vila de pequenos trechos de esgotos e mantém um posto municipal que muito vem servindo à população pobre, apesar de seu exíguo aparelhamento técnico, medicamentos e enfermagem.⁴⁹

Em relação à infra-estrutura urbana, o documento atribui à ausência de investimentos dos poderes municipais da sede, absorvedora da quase totalidade das rendas distritais, as grandes carências existentes, citando apenas a existência de alguns trechos de rua calçados a paralelepípedos, um mercado (painel 1 – foto 4) em construção e alguns trechos de esgotos em colaboração com particulares.

Como resposta a esse documento, e a uma ampla mobilização da comunidade local junto às autoridades estaduais, a Lei Estadual n.º 508 de 12 de dezembro de 1952, criou o município de Itapetinga desmembrado do município de Itambé, elevando a Vila de Itapetinga à categoria de Cidade sede desse município que só foi instalado, de fato, em 7 de abril de 1955 com a posse do seu primeiro prefeito, Juvino Oliveira. De acordo com a Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, que elevou o povoado de Bandeira do Colônia à condição de Vila, esse município passou a ser composto de dois distritos, o sede e o de Bandeira do Colônia.

Durante a década de 40, Itapetinga sofreu o seu maior incremento populacional, como visto na tabela 3, passando a população total do distrito de 15.083 para 26.725 habitantes, o que representa um aumento 77,18 % em dez anos.

⁴⁶ Ibid. p.31-32

Se considerarmos a população urbana, este crescimento foi mais evidente, de 1.188 em 1940 para 7.887 em 1950, o que equivale a uma taxa de 663,88 % durante uma década. Com isto as demandas urbanas começaram a se intensificar. Entretanto, as ações das lideranças regionais e do Estado não estavam direcionadas para atender a estas demandas conforme pode ser observado no resumo apresentado com vistas à emancipação política da cidade. Todas as ações descritas foram realizadas apenas no sentido do fortalecimento da classe produtora da região, e do atendimento de seus anseios e necessidades.

1.2 SEGUNDO PERÍODO: O APOGEU DA ATIVIDADE PECUÁRIA. 1953 – 1959.

Neste período a atividade pecuária, em franca expansão, ocupou plenamente todos os espaços naturais na região, provocando, também, a intensificação da atividade extrativista madeireira. Com isso, o município de Itapetinga passou por um forte processo de desenvolvimento despontando como líder nas atividades econômicas, culturais e políticas de outros municípios em seu entorno. Entretanto, o sistema de produção da monocultura em pecuária que aí se desenvolveu assumiu o modelo de exploração extensiva baseada na extração dos recursos naturais e na resistência dos agentes às mudanças de ordem tecnológica e das relações produção.

Por outro lado, o desenvolvimento da região não se deu de maneira homogênea. Itapetinga, devido ao seu caráter político mais dinâmico e à sua localização estratégica no entroncamento das principais vias que ligam centros importantes, como o de Vitória da Conquista e os do complexo Itabuna-Ilhéus, aos

centros de menor porte, sem sombra de dúvida, polarizou todo o crescimento econômico e desenvolvimento social de sua área de influência.

1.2.1 As Exposições Agropecuárias

Ainda nesta fase, a hegemonia do grupo de produtores liderados por Juvino Oliveira, eleito primeiro prefeito da Cidade, era evidente. Seus ideais de projetar a cidade no cenário estadual conseguiriam manter o espírito empreendedor deste grupo.

Neste sentido, foi deliberado que seria realizada a primeira Exposição Agropecuária e Industrial de Itapetinga, a qualquer custo. O primeiro passo foi a criação da Associação Rural de Itapetinga (ARI), em 1956, que coordenaria todas as ações no sentido de viabilizar esse evento, começando pela construção do parque que foi localizado ao lado de um campo de pouso para aviões. Em pouco tempo foi executada toda a infra-estrutura necessária para a realização da primeira exposição (painel 2 – foto 8): pistas, arquibancadas e pavilhões cobertos de palha, além de numerosos currais e barracas.

Já na realização da primeira exposição havia visitantes de todo o país, inclusive registrando-se a presença do secretário de agricultura do Estado e técnicos e diretor do Departamento de Produção Animal (DPA). Ainda durante esse evento foi firmado o compromisso de criação de uma agência do Banco do Brasil, o que foi concretizado pelo presidente Juscelino Kubitschek nesse mesmo ano.

Este foi um período de grande euforia para as lideranças de Itapetinga. Para ilustrar esse sentimento, cita-se o projeto bastante ousado, elaborado por Juvino

Oliveira⁵⁰, de abastecimento de carne bovina à Capital do estado, via transporte aéreo, datado de 1954.

O sucesso alcançado na primeira Exposição abriu espaço para que aí fosse realizada a primeira Exposição Agropecuária Estadual no interior da Bahia, conjuntamente com a segunda Exposição Agropecuária de Itapetinga, no ano 1958. Atrelado a isto, foram destinadas verbas federais para a construção definitiva de pavilhões e outras obras no Parque de Exposições e verbas consecutivas para criar na cidade as condições necessárias para receber os ilustres visitantes, dentre eles, o governador do Estado que de Itapetinga despacharia durante todo o período do evento. Estas verbas possibilitaram também que a primeira etapa do serviço de abastecimento de água ficasse bem adiantada, e que fossem feitos os esgotos “prioritários” nas áreas centrais da cidade.

A realização da segunda exposição projetou o município de Itapetinga definitivamente no cenário baiano e nacional. Famosa tanto pela qualidade da terra, onde predominava o capim colonião (o mais nobre), quanto pela sua posição estratégica, situada entre os principais mercados de gado – Minas Gerais, Espírito Santo e os maiores municípios baianos –, Itapetinga foi aclamada como “Capital da Pecuária” do Norte e Nordeste do País, produzindo homens muito ricos e influentes na política em todas as esferas de governo.

Contudo, as relações de trabalho que se estabeleceram a partir deste período, foram de total submissão do trabalhador em relação ao pecuarista que

⁵⁰ OLIVEIRA, Juvino. Abastecimento de Carne pelo Transporte Aéreo. In: NERY, Antônio da Silva. *Juvino Oliveira: Vida e Obra*. Itapetinga: Dimensão, 1995.

assumia uma postura paternalista. Dessa forma, o trabalhador rural subordinava-se ao patrão em todos os níveis – econômico, político e de classe. Essa relação criou espaço para a hegemonia política da classe dos produtores através da formação dos denominados “currais eleitorais”, onde a escolha dos governantes estaria definida pelo chamado “voto de cabresto”.

Com a consolidação econômica e, conseqüentemente, política, a classe pecuarista de Itapetinga conseguia eleger, além de todos os representantes políticos locais, vários representantes para os poderes legislativos estadual e até mesmo federal: em 1954, Guilherme Dias foi eleito deputado estadual; em 1958, foram eleitos deputados estaduais Vespasiano Dias, que se reelegeria em 1962 e Clodoaldo Costa que seria eleito deputado federal em 1966.

Entretanto, a liderança exercida por esta classe era de caráter autoritário e centralizador, concentrando o poder, principalmente, na figura de Juvino Oliveira que assumia todo o processo decisório das ações mais importante. O próprio processo de criação da ARI, que mais tarde se transformaria em Sindicato Rural de Itapetinga⁵¹, pode ilustrar esta situação:

Se o acesso aos poderes governamentais, em Salvador e Rio de Janeiro, era tão difícil, deveria trazê-los até aqui. Assim pensando, deliberei, a todo custo, fazer a grande Exposição Agropecuária e Industrial de Itapetinga. Com a tarimba que já possuía, adquirida nas diversas organizações que havia comandado e adquirindo em cada uma delas maior confiança nos homens de boa vontade, assim como na formação de equipe adequada ao problema, dei o primeiro passo: “criei” a ARI (Associação Rural de Itapetinga) e “aclamei” a sua primeira diretoria, composta de elementos de “minha inteira confiança”, para o desempenho da árdua tarefa.⁵²

⁵¹ O Sindicato Rural ainda é a entidade que representa os interesses da classe dos produtores rurais de Itapetinga até os dias contemporâneos e é, também, quem coordena as Exposições Agropecuárias realizadas em Itapetinga, inclusive administrando todos os recursos destinados para a realização deste evento.

⁵² OLIVEIRA, Juvino. Itapetinga é isso. In: NERY, Antônio da Silva. *Juvino Oliveira: Vida e Obra*. Itapetinga: Dimensão, 1995. p.81,82. Grifo nosso.

1.2.2 A pressão populacional e o crescimento urbano

A economia em franco desenvolvimento continuava a atrair população. Crescendo 46,27% em 10 anos, o total do município atingia 39.091 habitantes em 1960. Na área urbana, o incremento em dez anos foi de 249,41%, chegando a 19.671 habitantes.

Esse crescimento populacional pressionava a instalação de um número maior de serviços, provocando o crescimento da cidade em direção ao Sul (Camacã), Noroeste (Bela Vista, onde era o antigo cemitério), e ao Norte (Alto do Couto). Paralelo a isso, a cidade se estendia também no sentido Nordeste, em direção ao Ginásio Alfredo Dutra, pela Avenida Esperanto e Praça Monte Castelo. Já na virada para os anos 60, novas expansões na direção Sudeste originando o Bairro Zilda Ribeiro e na direção Sul estabelecendo as primeiras ocupações do Rola Pote (atual Bairro Primavera).

A esta altura, José Vaz Espinheira e Alípio Espinheira, já eram proprietários de grande parte da fazenda Astrolina. Terras doadas pelo seu pai, Pompílio Espinheira, em 1939, ao adquiri-las em mãos de Augusto de Carvalho. Assim sendo, os irmãos Espinheira foram os responsáveis por grande parte dos lotes disponibilizados para a venda, durante esse período.

A posição geográfica privilegiada de entroncamento rodoviário, possibilitando ligação de importantes regiões como Vitória da Conquista e o complexo Itabuna-Ilhéus com centros de menor porte, constituiu-se num forte elemento propulsor do progresso. Além disso, a sede municipal era servida pela Companhia Real de

Transportes Aéreos, que efetuava três pousos semanais no campo de pouso local. O comércio urbano cresceu, mantendo transações com as praças de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Itabuna, Ilhéus e Vitória da Conquista. Em 1958⁵³ existiam na sede 88 estabelecimentos comerciais varejistas e 12 atacadistas; uma agência do Banco da Bahia, uma do Banco Econômico e uma do Banco do Brasil. Também funcionavam em Itapetinga uma agência postal telegráfica (DCT), um posto da Inspetoria do Trânsito e um posto da Polícia Rodoviária do Estado.

Pequenas atividades industriais se implantaram, principalmente as pequenas indústrias de laticínio e a produção de arreios e selas para montaria. Além desses produtos, Itapetinga já contava com uma significativa produção de⁵⁴: pães, calçados, tijolo, charque, telhas, sabão, artefatos de couro, café torrado ou moído, massas alimentícias, farinhas diversas, artefatos de cimento, couro e a produção extrativista de madeira que assumia também um peso considerável na economia regional. Ao final desse período Itapetinga já contava com o maior rebanho bovino de sua história, estimado pelo IBGE, no ano de 1958, em 300.000 cabeças gado.

Como resultado do alto poder aquisitivo dos proprietários rurais, e devido à proximidade com o centro da cidade (painel 2 – fotos 6 e 7), a parte mais recente do bairro Camacã começava a configurar-se como área de elite, com casas maiores com recuo e jardins frontais, projetadas por Arquitetos e Engenheiros de Salvador e Vitória da Conquista, revelando em suas feições alguma influência da arquitetura

⁵³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. XX v. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

⁵⁴ Ibid.

modernista que se afirmava em algumas partes do País⁵⁵, características refletidas também nas obras públicas e filantrópicas da época, como o Clube da A.C.I (painel 2 – foto 5), construído em 1954, que reunia as pessoas de maior poder econômico e social da época; no Cine Teatro Fênix, com pinturas e esculturas do artista plástico Mário Cravo e no Parque de Exposições.

1.2.3 As desigualdades sócio-espaciais

A despeito de todo o crescimento, os indicadores referentes aos aspectos urbanos revelavam que o processo de desigualdade sócio-espacial se mostrava em curso, pois dos 64 logradouros existentes apenas 13 estavam pavimentados e 8 arborizados ou ajardinados, todos concentrados nas áreas centrais; a rede de iluminação pública estendia-se a apenas 43 logradouros e a rede de esgotos servia a apenas 1/3 das ruas da cidade, 22 logradouros.

A assistência médico-sanitária à população era feita apenas através da Casa de Saúde e Maternidade Santa Maria (hospital particular); de um posto de saúde mantido pela Secretaria de Saúde Pública do Estado e um posto médico mantido pela Sociedade Beneficente dos Artífices e Operários de Itapetinga.

Em relação à educação, o IBGE aponta, em 1958, a existência de 21 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com cerca de 1.500 alunos matriculados; um ginásio, uma escola normal e uma escola profissional para menores abandonados.

⁵⁵ Ver OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. *Itapetinga, patrimônio histórico modernista. Quem diria?*. IN: *Jornal Dimensão*, ano XXVIII, n.º 1.031. Itapetinga, 19 de dezembro de 1998.

Como pode ser observado no contexto descrito acima, a despeito das demandas crescentes da população, a maior parte das ações do Estado foi mobilizada no sentido de equipar a cidade com o intuito de transformá-la em centro de negócios de gado do Norte e Nordeste do Brasil, atendendo aos anseios da classe dos produtores. Dentre estas medidas em sua maioria de ordem estrutural e de mercado, podemos destacar: a abertura de estradas; os programas de controle das zoonoses em nível estadual, e em nível municipal, ainda com apoio de verbas federais e estaduais, a construção do parque de exposições, a construção de um campo de pouso para aviões e o embelezamento da cidade para que pudesse parecer atraente aos comerciantes de gado de todo o país que por ali passavam, principalmente por ocasião das Exposições Agropecuárias.

Nesse período ocorreu a primeira iniciativa de estabelecer diretrizes com vistas ao ordenamento do espaço urbano, através da aprovação de seu primeiro Código de Posturas, aprovado pela Lei 009/55. Este Código tratava desde normas para as dimensões adequadas, pavimentação, conservação e utilização das vias, logradouros e passeios públicos, até a higiene e estética das construções, passando, inclusive, pela moralidade e o sossego público e o funcionamento do comércio e serviços.

Outro fato importante foi a criação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Itapetinga através da Lei Municipal n.º 60, de 14 de julho de 1959, cujo sistema de abastecimento foi dimensionado para atender a uma população de 15.000 habitantes. Entretanto, considerando que, já no censo do IBGE⁵⁶ de 1960, a

⁵⁶ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 1960: IBGE, 1960.

população urbana de Itapetinga seria de 19.671 habitantes, pode-se afirmar que este sistema já nasceu deficiente.

1.3 TERCEIRO PERÍODO: O INÍCIO DA CRISE. 1960 – 1968

O que caracterizou este período foi a descapitalização da pecuária de corte e o surgimento da pecuária bovina mista (corte e leite), e de pequenos laticínios, além do forte processo de urbanização do município.

1.3.1 A crise da pecuária de corte

Neste período, a ocupação efetiva do espaço exclusivamente com a pecuária e a ausência quase total da agricultura contribuíram, atreladas a uma crise nacional do setor, para que se esboçasse o início de uma crise sócio-econômica da região. Por outro lado, a estrutura agrária tradicional e a pouca utilização da população ativa regional, com inexpressivo reinvestimento da renda fornecida pela pecuária em outras atividades urbanas produtivas e empregatícias, não criaram condições de fixação para o capital oriundo de processos de drenagem da área que passavam pela cidade.

A atividade pecuária, de caráter extensivo, praticada em Itapetinga era, basicamente, estruturada em cima da criação de gado crioulo (vulgarmente conhecido como pé-duro) até o início dos anos 60, quando começaram a ser introduzidas raças indianas de forma mais intensa no plantel com o objetivo de melhorar a produção de carne.

A vocação da região para a atividade pecuária produziu grande valorização do preço da terra, provocando assim, no produtor, a necessidade de melhorar a qualidade de seu rebanho para conseguir tirar, do investimento, um melhor proveito.

No início dos anos 60 até a segunda metade desta década, as excelentes cotações da carne atreladas à grande produção, deixavam o pecuarista em uma excelente situação econômica, o que se expressava nos investimentos que faziam do seu excedente de produção, investido, em sua grande parte, no aumento do seu patrimônio. Dessa forma, adquiriam-se mais terras, casas confortáveis em Itapetinga, carros e apartamentos de luxo em Salvador em detrimento do investimento produtivo.

Entretanto, com o aumento do volume de carne produzido na região; as dificuldades no escoamento da produção; o congelamento prolongado do preço da carne e as perdas com a febre aftosa, que também representava uma limitação sanitária importante no comércio internacional, o setor começava a sentir os primeiros indícios da crise.

Hassegawa⁵⁷ aponta o ano de 1967 como o momento em que a crise nacional se fez sentir mais forte em nível regional, principalmente na pecuária de corte, com uma redução no preço da arroba de boi em torno de 20%, por meio do controle de preços realizado pelo governo federal. Para esse autor, o prolongamento desse tabelamento conduziu a uma desestruturação da atividade em todo o estado e principalmente em Itapetinga e municípios especializados na atividade em seu entorno. Por outro lado os preços dos insumos, que não estavam congelados,

⁵⁷ HASSEGAWA, Welliton Rezende. *A Crise da Economia Pecuária Bovino-Extensiva da Micro-Região Pastoril de Itapetinga: Subordinação, Conflito e Mudanças nas Relações de Produção nos Últimos 30 anos..* (Mestrado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Cruz das Almas. Orientador Prof. Amílcar Baiardi. 1992.

sofriam reajuste, elevando, assim, os custos de produção que não podiam ser repassados devido ao tabelamento. A situação se agravava ainda mais quando o pecuarista recorria ao crédito e a recursos bancários. Com isso, a insuficiência de recursos para a reposição do rebanho conduziu à sua redução. No município esta redução foi de 24,25% em 8 anos. Pela sinopse preliminar do censo agrícola do IBGE de 1960 este rebanho era de 207.185 cabeças, enquanto pela contagem da GERFAB de 1968 o volume se reduzia para 156.944 cabeças.

Os reflexos dessa crise para a economia da região foram imediatos. O comércio de Itapetinga e demais municípios sofreu forte retração, com muitas casas fechadas ou postas à venda. As pequenas indústrias aí instaladas sofreram diretamente com esta crise; curtumes e algumas fábricas de materiais de construção se fecharam; e na construção civil ocorreu quase que uma estagnação.

O crescimento populacional do município, de 17,96% durante a década de 70, muito inferior ao das décadas anteriores, se deu, quase que exclusivamente, devido ao êxodo rural de outras pequenas cidades da região que também se encontravam em crise. Entretanto, a população urbana ainda sofreu um incremento substancial na ordem de 65% devido ao forte êxodo rural que se deu também dentro do município de Itapetinga, elevando as taxas de urbanização a 70,76 % (tabela 3).

1.3.2 O surgimento da pecuária mista

Se por um lado, a crise conduzia à estagnação, por outro, abriu espaço para a busca de alternativas que conseguissem diversificar a economia regional sem alterar as bases da estrutura fundiária aí instalada. Atraídos pela possibilidade de uma renda mais estável, diária, semanal ou mensal, atrelada às grandes possibilidades

de mercado – devido às secas que assolavam, constantemente, outras regiões produtoras de leite na Bahia – alguns pecuaristas decidiram submeter-se às primeiras experiências na introdução de raças especializadas na produção leiteira na região de Itapetinga⁵⁸. Oriundos de outras partes do país, principalmente de São Paulo, reprodutores das raças pardo-suíço e holandês foram cruzados com as raças zebuínas, inaugurando, assim, uma nova etapa na produção pecuária de Itapetinga com o surgimento da pecuária mista.

Com a introdução das raças zebu, holandês e pardo-suíço, o gado adquire um valor bem superior ao assumido anteriormente pelo rebanho crioulo. Assim, com a valorização do gado maior que a do trabalho, o pagamento de remuneração exclusivamente em moeda viria substituir o sistema adotado anteriormente, onde o trabalho ou parte dele era remunerado com um percentual da produção da propriedade. Para Hassegawa⁵⁹ essa situação não representou uma melhoria para o vaqueiro, mas uma inferiorização em relação à remuneração anterior, pois o proletarizou ainda mais, eliminando qualquer possibilidade de mobilidade social. Anteriormente essa mobilidade era possível, considerando que o trabalhador tinha alguma oportunidade de se tornar produtor, conservando uma parte de seus rendimentos em crias.

O crescimento da produção leiteira motivou a instalação de diversos pequenos laticínios, e o crescimento daqueles já existentes. Entretanto, esta tendência de formação de uma bacia leiteira viria atrair também a atenção de

⁵⁸ O leite produzido até então era, basicamente, subproduto da atividade de corte.

⁵⁹ HASSEGAWA, Welliton Rezende.(1992). op. cit.

empresas multinacionais do setor, instaladas no Sul e Sudeste do país, assunto a ser tratado em 1.4.

Nesse período a grande preocupação do Estado concentrava-se, principalmente, em promover a melhoria da produção qualitativa e quantitativa do rebanho. Nesse sentido, merece destaque o grande investimento no controle sanitário da atividade pecuária em decorrência dos prejuízos diretos sobre a produção de carne e leite que as baixas condições de saúde do rebanho provocaram e das restrições impostas às áreas afetadas pelo comércio internacional de carnes refrigeradas. Além disso, grande volume de recursos foi direcionado para o financiamento da atividade pecuária, no intuito de melhoria tecnológica das condições de produção. O programa de desenvolvimento da pecuária de corte e leite desenvolveu-se através dos seguintes organismos: Instituto Brasileiro de Crédito Rural (IBCR); Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE); e Associação Nacional de Crédito Agrícola e Extensão Rural (ANCARBA). Entretanto, estas medidas só vieram fortalecer o caráter concentrador de renda da região. Grande parte destes recursos foi investida apenas em aumento do patrimônio, ou seja, aquisição de mais terras ou de imóveis urbanos, na própria cidade ou na cidade de Salvador, e não em melhorias na produtividade como era o objetivo do programa.

Em nível regional, os investimentos de verbas estaduais mais marcantes foram: o asfaltamento da Rodovia que liga Vitória da Conquista a Itabuna, passando por Itapetinga, no período de 1961 a 1963; a grande expansão na malha viária que liga Itapetinga a outros centros menores em seu entorno e o fornecimento de

energia hidroelétrica do funil – em substituição ao motor de gasogênio – abrindo espaço para a instalação da grande indústria.

1.3.3 A imagem moderna da cidade

Os empreendimentos da administração municipal foram, principalmente, na construção das estradas vicinais que ligam a cidade às propriedades rurais, para escoamento do gado e do leite produzido; a pavimentação de algumas ruas; a construção da Praça Dairy Valley e da Prefeitura Municipal (painel 3 - fotos 9, 10, 11, 12 e 13); a praça Monte Castelo segundo projeto modernista do arquiteto Araripe Guarani (painel 4 – fotos 15,16 e 17); a Construção do Estádio Municipal (painel 5 – foto 21); a Biblioteca Tia Ruth e a Concha Acústica; a fundação do Ginásio Agro Industrial e a construção da Alameda Rui Barbosa.

Os grandes empreendimentos da iniciativa privada em ações individuais ou associada em grupos continuavam a ser um marco na paisagem de Itapetinga, dentre eles destacam-se: o Hotel Goitacaz (painel 3 – fotos 11 e 13), inaugurado em 1966, obra idealizada por Juvino Oliveira e implementada por um grupo de acionistas liderados por Sinval Nunes com o objetivo de receber o grande volume de visitantes que para essa cidade se dirigia por ocasião das exposições agropecuárias; a primeira tentativa de verticalização, através da construção do edifício Juvino Oliveira, em 1967, empreendimento da empresa Indústria Irmãos Oliveira Ltda, de propriedade dos filhos de Juvino Oliveira (painel 3 – foto 14); a companhia telefônica instalada por um grupo de produtores e posteriormente transferida para a Empresa de Telecomunicações da Bahia S.A (TEBASA); a Loja Maçônica Amor e União de Itapetinga, concluída em 1966; o hospital Cristo

Redentor e a construção da Capela do Menino Jesus na fazenda de Juvino Oliveira, monumento arquitetônico modernista, projetado pelos arquitetos Yoshiakira Katsuki, Alberto Hoisel e Guarani Araripe (painel 4 – fotos 18 e 19 e painel 5 – foto 20).

Dessa forma, na área central que ocupa o grosso do comércio e principais serviços e nos bairros centrais, mais bem servidos de infra-estrutura e equipamentos urbanos, a cidade avançava no seu projeto de aparência moderna e próspera (painel 3 – fotos 9 a 14, painel 4 – fotos 15 a 19 e painel 5 – foto 20 e 21). Marcadas pelo traço dos engenheiros José Vaz Espinheira e Fidelino Ribeiro ou pelo escritório de arquitetura de Guarani Araripe, que tinha como sócios Yoshiakira Katsuki e Alberto Hoisel Júnior, todas as construções públicas e particulares da classe de alto poder aquisitivo, em Itapetinga, sofriam influência da arquitetura modernista, que lhe conferiam uma imagem de modernidade e progresso. A praça Dairy Valley para onde convergem todas as linhas de trânsito da cidade, concebida em 1965 com a forma de um picadeiro de Parque de Exposições com esculturas de boi, vaca e bezerro (painel 3 – fotos 9 e 10, 11 e 13) constitui-se na representação simbólica mais forte do poder econômico dominante na cidade.

1.3.4 A expansão urbana

Contrastando com a imagem moderna de cidade, este período marcou, também, o início da expansão periférica para espaços menos especulados e sem nenhuma condição de infra-estrutura urbana, dando origem aos Bairros da Nova Itapetinga; Lunolândia; Clerolândia; Bairro Tavinho; Vila Isabel, onde já havia um pequeno núcleo chamado Cachorro Assado, e o bairro Primavera, em terras de José

Vaz Espinheira, prefeito de Itapetinga nos períodos de 59 a 63 e de 67 a 70, e que voltaria a ser eleito para o período de 6 anos de 77 a 82.

O Relatório Preliminar para elaboração do projeto de abastecimento público de água⁶⁰ publicado pela Fundação Serviço Especial e Saúde Pública (Fundação SESP) em 1967, revela que, em relação aos aspectos urbanos, a cidade ainda estava em condições muito precárias. No que tange às condições Sanitárias, encontramos o seguinte relato:

A situação não é boa, devido, sobretudo, a deficiências no setor de saneamento básico, onde o serviço de água já se tornou deficiente e a rede de esgotos está longe de preencher as suas finalidades. Mais de metade da população se utiliza diretamente das águas do Catolé para onde escoam esgoto sanitário, esgoto pluvial e efluente de fossas, além do lixo e outros dejetos lançados diretamente na corrente do rio que, em época de seca, baixa a menos de 2,00m³/seg.[...]Como grande parcela da população se utiliza diretamente das águas do Catolé, fica a cidade sob permanente risco de saúde. Não houve ocorrência de surto epidêmico, mas as informações acentuam que o índice de verminose é elevado.⁶¹

Ainda no mesmo relatório encontramos o seguinte relato em relação ao ambiente urbano:

No momento está se verificando grande demanda de terrenos para construção, e por isso contam-se vários planos de loteamentos. Destes planos alguns são aceitáveis, mas outros são verdadeiros atentados à estética urbanística. A cidade precisa urgentemente de um plano diretor. [...]O mercado público, como outros melhoramentos mais antigos, já está deficiente. Não há matadouro público. A matança e destrinchamento de bois em campo aberto, como observamos nos arredores da cidade depõe contra o progresso da localidade.⁶²

Dessa forma, com as desigualdades cada vez mais reveladas, ao final desse período estavam configurados os três principais eixos de crescimento da cidade. A

⁶⁰ FUNDAÇÃO SESP – Diretoria Regional da Bahia. Abastecimento Público de Água para Itapetinga – Bahia. Salvador: Fundação SESP, 1967.

⁶¹ Ibid. p. 6

⁶² Ibid. p. 7

partir da malha central de tecido contínuo – onde se desenvolvem as funções centrais e residem a maioria dos produtores rurais – surgem três vetores básicos de expansão: no sentido Sudoeste, estrada de Macarani, Rola Pote, extensão dos bairros Primavera e Tavinho; a direção Nova Itapetinga com vetores Noroeste e Sudeste, menos intensos e, por último, a direção do eixo rodoviário sentido Sudeste, Clerolândia e Vila Isabel, onde se estabelecem os serviços, comércio e funções de apoio rodoviário (ver mapa temático 4).

1.4 QUARTO PERÍODO: A CIDADE E A INDÚSTRIA. 1969 – 1984.

Definido pela reestruturação da atividade pecuária através da expansão do rebanho bovino misto e pela implantação da grande indústria de laticínio e do Matadouro Frigorífico do Médio Pardo S/A (MAFRIP), esse período inseria-se num cenário de abertura da economia nacional à entrada do capital estrangeiro que estabelecia as bases para a elaboração do “projeto da revolução verde” para a agricultura.

1.4.1 As indústrias de Laticínio e a CODITA

Como exposto em 1.3.2, o crescimento da produção leiteira, além de motivar a instalação de vários pequenos laticínios, atraiu também a atenção de empresas multinacionais do setor, instaladas até então no Sul e Sudeste do País.

Tendo como atrativos, além do grande volume de leite produzido, as vantagens oferecidas pela legislação de incentivos fiscais da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e de recursos internacionais da Aliança para o Progresso, viria se instalar em Itapetinga, a partir de 1968, a fábrica de leite

em pó Leite Glória do Nordeste LTDA, que pertencia ao grupo CARNATION (Multinacional com sede em Los Angeles) sendo subsidiária da Standard Brands Inc., EUA. , inaugurada em 1969 (painel 6 – foto 23).

Essa indústria, aparelhada com os mais modernos equipamentos do ramo, foi projetada para capacidade de processamento de 200 mil litros de leite por dia em sua primeira fase, com perspectiva de ampliação para 400 mil. Representante do capital industrial multinacional, ela tentou transformar a região em grande bacia leiteira desde sua implantação. Seu departamento de campo, equipado com técnicos bem treinados, buscava, a qualquer custo, convencer os pecuaristas a aumentar a produção de leite para fornecimento à empresa. Para ilustrar esta situação, foi transcrito anúncio da recém-chegada Leite Glória do Nordeste S.A. publicado em revista de Itapetinga, por ocasião da Exposição Agro-Pecuária em 1970 (painel 6 – foto 22):

Temos o prazer de participar do desenvolvimento de Itapetinga. E o orgulho de saber que esta participação é cada vez mais significativa. Produzimos o leite em pó mais puro, gostoso e saudável do Brasil. (Criamos empregos, utilizamos matéria prima local, recolhemos impostos, enfim, criamos renda para o município). Mas não é só isso. Com o método da inseminação artificial oferecemos aos criadores e pecuaristas a oportunidade de apurar cada vez mais a qualidade de seus rebanhos. Possuímos sêmen importado de garrotes de raça (...) e dominamos inteiramente a técnica de inseminação artificial. Se você deseja melhorar seus rebanhos procure-nos.⁶³

Além da Leite Glória (painel 7 – fotos 24 e 25), outras indústrias de laticínios se instalaram na região: um posto de recepção e pasteurização da Alimentos da Bahia S.A. (ALIMBA), em Itapetinga; um posto de coleta da NESTLÊ no município de Itarantim e a Cooperativa de Produtores de Leite (COOPROLEITE, atual

⁶³ ITAPETINGA. Itapetinga: Prefeitura Municipal de Itapetinga, Maio de 1970. Edição comemorativa dos acontecimentos sociais de Itapetinga. p.6.

COOLEITE), também em Itapetinga. Entretanto, nenhuma delas com o mesmo poder de barganha da Leite Glória.

Por outro lado, mesmo a tentativa de alavancar o ciclo industrial tardio, a partir da implantação da indústria de laticínio, não foi capaz de modernizar a produção pecuária, baseada no modo extensivo de criação. Esse sistema, mesmo em crise, conseguiu sobreviver devido à existência de grandes latifúndios, que conseguiram se capitalizar através da estratégia extrativista, resultando no crescimento da concentração fundiária e provocando enorme débito social.

Dentro do processo de acumulação e reprodução do capital, as relações que se estabelecem dentro das classes dominantes são de interesse mútuo, mas, em vários momentos, são também conflitantes. No caso específico da Microrregião de Itapetinga, estas relações extrapolam o campo econômico desenvolvendo-se no campo político e social e rebatendo-se na configuração do espaço urbano.

HASSEGAWA⁶⁴ aponta a relação que se estabeleceu, nessa microrregião, entre o capitalismo moderno oligopolista multinacional representado pela fábrica de Leite Glória e a pecuária bovina de leite extensiva (tradicional e resistente às mudanças), como uma relação marcada por um processo de subordinação e conflito.

Segundo esse autor, a relação foi, inicialmente, tolerante e passiva devido à posição da indústria que, preocupada apenas com o produto disponível para o processamento, não se importava com a sustentabilidade ambiental e econômica da

⁶⁴ HASSEGAWA (1992). Op. cit.

pecuária regional. Assim, a despeito da introdução de raças especializadas no plantel, o sistema de produção, mesmo na pecuária de leite, ainda continuava nos mesmos moldes anteriores, alheio à inovação tecnológicas e baseado no esgotamento dos recursos naturais. Como conseqüência, em pouco tempo, a indústria, percebendo a impossibilidade de manutenção de uma matriz de matéria prima capaz de atender à sua capacidade de produção dentro daquele sistema, mudou de atitude passando a exercer uma pressão agressiva pela modernização do setor primário e uma política de preços com ênfase na grande e média propriedade.

Com seu alto poder de barganha, a Leite Glória já havia, a esta altura desbancado a maioria dos pequenos laticínios e rateado o mercado, através de acordos, com as outras empresas maiores, inclusive a COOLEITE, que se viu obrigada a subordinar-se aos “acordos” como condição para a própria sobrevivência. Desta forma, o produtor viu-se refém das exigências e política de preços da grande empresa tendo que a ela se submeter.

A pressão gerou um conflito com os pequenos produtores que, não conseguindo se capitalizar com a atividade, ainda que quisessem, ficaram impossibilitados de inovar e foram, em grande parte, forçados a sair do mercado. Neste caso, além da exploração dos recursos naturais e do trabalhador, crescia também a expropriação do pequeno pecuarista.

Um outro conflito surgia, nesse período, dentro da própria classe dos pecuaristas, que em alguns momentos se entendem como classe em si e para si e, em outros, estabelecem o conflito devido a diferentes interesses pessoais nas relações com grupos políticos a nível estadual ou na luta pela hegemonia na classe.

A classe produtora, até então unida em um único grupo político coeso e com forte poder de barganha, a partir de 1970 dividia-se em dois grupos: o grupo liderado por Juvino Oliveira e o grupo dos seguidores de José Vaz Espinheira, ambos alinhados com o regime da ditadura militar, instalado no Brasil a partir do golpe de 1964. Dessa forma, os dois grupos divididos dentro do mesmo partido, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), a partir de então, começaram a disputar quem conseguiria promover o maior “progresso” para Itapetinga.

A vinda das indústrias de laticínios coincidiu com a Campanha de Motivação para o Desenvolvimento Industrial, programa da Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste (FUNDINOR) – organização privada de fins não lucrativos, mantida pela indústria nacional, com apoio da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e executada, na Bahia, pela Federação das Indústrias da Bahia (FIEB) – que incentivou a criação do Comitê de Desenvolvimento Industrial de Itapetinga (CODITA). Acreditando na possibilidade de instalação de outras indústrias em Itapetinga, a CODITA, elaborou um Estudo Sócio-Econômico do Município, com o objetivo de mostrar seus atrativos aos grandes investidores⁶⁵.

Este estudo aponta, além da maioria das condições de infra-estrutura existentes na cidade já citadas nas seções anteriores, o potencial da região em receber uma série de indústrias afins com a atividade pecuária, como matadouro frigorífico para bovinos; curtume especializado; indústria de artefatos de couro em geral; chocolates finos; indústria de calcários e pigmentos e outros ramos industriais

⁶⁵ ITAPETINGA. Itapetinga: Prefeitura Municipal de Itapetinga, Maio de 1970. Edição comemorativa dos acontecimentos sociais de Itapetinga. p.9-10.

para suprimento das indústrias de laticínio existentes e da própria atividade pecuária, como as fábricas de latão, embalagens, utensílios para o campo, arame farpado, grampos etc.

Nesse período, alguns empreendimentos públicos merecem destaque: a ampliação do serviço de água da cidade com capacidade para uma população de 120 mil pessoas; incentivos para instalação da estação repetidora de televisão; a rede telefônica rural Itapetinga Palmares; a erradicação de uma favela na margem do Catolé com a implantação de 136 casas populares; e o apoio à implantação das fábricas Leite Glória, R. Sales Móveis, Artefato Bonfim e outras, através do Comitê de Fomento Agro-Pecuário e Industrial do Médio Rio Pardo.

A década de 70 foi marcada pela grande expansão no sistema de eletrificação na microrregião, alcançando as cidades de Itarantim, Maiquinique, Potiraguá, Caatiba, Ribeirão do Largo e o distrito de Palmares. Além disso, foi criada a subestação Ponto de Astério, que passaria a abastecer Itapetinga e o sistema de eletrificação rural do Vale do Catolezinho, levando energia elétrica à maioria das propriedades rurais. No espaço urbano houve a troca de toda a posteação, e grande expansão energética para os bairros: Nova Itapetinga (existia eletrificação apenas na av. Gerson Oliveira), Clodoaldo Costa, Bairro Tavinho, Vila Riachão, sendo que nestes três últimos a eletrificação iria estimular a sua ocupação. Por outro lado, em relação aos meios de transportes, a queda do poder econômico do produtor de Itapetinga motivou a extinção da linha aérea permanecendo apenas um serviço de táxi aéreo.

A esta altura a cidade já contava com 8 estabelecimentos bancários, uma estação de rádio e um jornal semanal, além de possuir 51 escolas primárias com 7.500 alunos matriculados, dois ginásios públicos e mais alguns particulares e dois cursos técnicos profissionalizantes, em educação e contabilidade. Entretanto vale salientar que, ainda conforme o levantamento da CODITA, apesar de todos os investimentos na constituição de uma imagem moderna nas áreas centrais da cidade, dos 31 km de ruas existentes 55% (17,05 km) encontravam-se sem pavimentação.

Nesse período foi iniciada a obra de aterro do Rio Catolé, em um terreno inundável, que se destinaria à construção da central de abastecimento em substituição ao mercado antigo. Esse aterro foi iniciado com verbas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) destinadas, inicialmente, à canalização do rio Catolé e correção do seu curso. Esta obra só foi concluída na década de 80, na terceira e última administração de José Vaz Espinheira.

Devido ao enorme volume de crédito rural concedido com vista à modernização da atividade pecuária – onde o Banco do Brasil desempenhou importante papel – aliado à melhoria e construção de importantes vias, a economia regional sofreu um breve reaquecimento na década de 70, principalmente em suas exposições agropecuárias que voltaram a ocupar o cenário nacional. Entretanto, apesar deste grande estímulo à modernização, a produção não conseguia transformar sua base tecnológica. Mais uma vez, os recursos mobilizados nos financiamentos serviram apenas para o crescimento do patrimônio dos proprietários através da compra de imóveis urbanos e rurais e aumento do rebanho, contribuindo

assim, para o crescimento horizontal da produção e maior concentração da propriedade fundiária. Os índices de Gini – indicador que mede a concentração fundiária variando de 0 a 1 – calculados por Hassegawa para a Microrregião de Itapetinga, com base nos dados do IBGE, conforme visto na tabela 4, atestam essa crescente concentração pois, a cada ano, os valores mais se aproximam do valor máximo de concentração que seria igual a 1.

Tabela 4 – Índice de Gini na Microrregião de Itapetinga 1960/1980.

Ano	1960	1970	1980	1985
Índice de Gini	0,6464	0,6627	0,6756	0,7069

Fonte: Valores calculados por Hassegawa⁶⁶ com base nos dados do IBGE

A menor variação ocorrida na década de 70 não implica em uma estabilidade na concentração da propriedade fundiária. O ocorrido foi que, durante essa década, grande número de produtores estendeu seus domínios para além da fronteira regional, adquirindo novas terras em outras localidades, como no Médio São Francisco, Extremo Sul do Estado e, até mesmo Pará.

Por outro lado, estes índices calculados a partir de números do IBGE, devido à disponibilidade de dados para todos os anos em estudo, apesar de elevados, não conseguem ainda aferir toda a concentração existente, pois não levam em consideração a existência de mais de uma propriedade com o mesmo dono, fato muito comum em toda a Microrregião. Tentando chegar a valores que retratassem melhor a realidade local, o autor calculou o Gini, para o ano de 1992, utilizando os

⁶⁶ HASSEGAWA, Welliton Rezende. *A Crise da Economia Pecuária Bovino-Extensiva da Micro-Região Pastoril de Itapetinga: Subordinação, Conflito e Mudanças nas Relações de Produção nos Últimos 30 anos.* (Mestrado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal da Bahia – UFBA, Cruz das Almas. Orientador Prof. Amílcar Baiardi. 1992. 220f.

dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, trabalhando com o cadastro de imóveis rurais, contempla o número de propriedades por proprietário. A partir destes dados o valor, encontrado para o ano de 1992, foi de 0,83, o que revela uma concentração ainda maior de terras em mãos de poucos proprietários.

1.4.2 A Cidade Ideal: as tentativas de Planejamento Urbano.

Já no ano de 1970 se falava da necessidade de planejamento urbano em Itapetinga. Por iniciativa do Prefeito José Vaz Espinheira estava em exame, na Câmara Municipal de Itapetinga, uma proposta para a realização do Plano de Ação Imediata do Município, o qual envolveria quatro meses de levantamentos, pesquisas na formulação de proposições e programas. O Plano de Ação Imediata, novo esquema concebido pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), substituiria o antigo Plano de Desenvolvimento Local Integrado, o qual continuaria a ser realizado apenas para Municípios de maior porte. Mais objetivo e menos complexo, o Plano de Ação Imediata visava orientar a ação da Administração Pública Municipal para programas a curto e médio prazo, com um enfoque eminentemente prático. A proposta deste plano foi encaminhada pelo escritório de Projetos de Urbanização Ltda. (PROURB), dirigido pelo Arquiteto Guarani Araripe, na cidade de Salvador, e seria financiado pelo SERFHAU. Entretanto, apesar do discurso, a grande e principal justificativa por trás dos argumentos para a necessidade dos planos, ainda como nos dias atuais, é a necessidade de obtenção de financiamentos. Uma vez aprovado, os planos são, geralmente, engavetados e esquecidos, não se cumprindo o processo do planejamento. O texto a seguir, que fala sobre a importância do planejamento em publicação da prefeitura municipal de

Itapetinga quando da divulgação deste Plano de Ação Imediata, pode ilustrar este pensamento.

É pacífico, contemporaneamente, que o desenvolvimento, mesmo em condições extremamente favoráveis, dificilmente poderá ocorrer, ou permanecer isento de graves distorções, se não houver uma interferência racionalizada por parte do poder público. A mentalidade planejadora, dentro desta compreensão, vem sendo gradualmente implantada no Brasil, em toda a extensão de seu território. Por outro lado, **a existência de planos locais vem sendo, a cada dia, considerada mais indispensável para a concessão de benefícios de ordem diversa, por parte do Governo federal, inclusive financiamentos e subvenções.** Preparando-se para contratar, com o auxílio do Ministério do Interior, seu Plano de Ação Imediata, Itapetinga se integra, assim, na vanguarda dos Municípios brasileiros.⁶⁷

Em 1970, o prefeito José Vaz Espinheira perderia as eleições para o Padre Altamirando Ribeiro dos Santos, representante do outro grupo político que liderava a cidade, ligado a Juvino Oliveira. Assumindo para um mandato de apenas dois anos, estabelecido por lei para todo o país neste período – 71 a 72 –, Altamirando abandonaria a idéia do Plano de Ação Imediata, e estabeleceria um convênio entre o Serviço de Assessoria em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (SAAU/UFBA) e a Prefeitura Municipal de Itapetinga para a elaboração do Plano Diretor de Itapetinga (PDI) que deveria nortear os rumos de Itapetinga durante os anos seguintes.

O Plano de 1972, elaborado pelo SAAU/UFBA, foi considerado como pioneiro na Bahia e destacado por Sales⁶⁸ por se diferenciar do caráter técnico burocrático presente nos demais planos da época, devido ao sério comprometimento dos profissionais envolvidos e ao seu sistema interdisciplinar. Entretanto, apesar de ter

⁶⁷ITAPETINGA. Itapetinga: Prefeitura Municipal de Itapetinga, Maio de 1970. Edição comemorativa dos acontecimentos sociais de Itapetinga. p. 20. Grifo nosso.

⁶⁸SALES, D. de L. N. *Introdução ao Planejamento como Processo Pedagógico em Busca da Cidadania*. 1993. 131 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Orientador: Prof. Pedro de Almeida Vasconcelos.

contribuído para a constituição do espaço construído de Itapetinga, este plano nunca foi apreciado pela Câmara de Vereadores para sua aprovação. Com a curta gestão do Padre Altamirando terminando, justamente, na época da conclusão da proposta do Plano, não houve, em seu sucessor, a vontade política necessária para pressionar para a sua apreciação.

Mesmo não tendo sido submetido à apreciação do Legislativo Municipal, algumas das questões levantadas na proposta acabaram por influenciar, de forma definitiva a cidade contemporânea, principalmente no que diz respeito ao sistema viário, a localização dos equipamentos urbanos e implementação de projetos arquitetônicos e urbanísticos elaborados a partir desse convênio, a exemplo da implantação da Avenida Beira Rio, da localização de equipamentos urbanos como a Central de Abastecimento, próximo à antiga feira, respeitando a tradição cultural da cidade, ou a localização da Estação Rodoviária, conforme previsto em uma das hipóteses de crescimento para a cidade. Outra questão levantada foi a necessidade de preservação do Parque da Matinha, atualmente transformado em Parque Municipal. O estudo sistemático permitiu vislumbrar a vocação para o estabelecimento de uma nova centralidade contígua ao antigo centro em direção à estrada de Macarani, atual Avenida Itarantim, que hoje efetivamente se concretiza, como pólo de serviços e entretenimento.

Assim como estas, outras contribuições poderiam ser enumeradas, mas que não justificam o esforço despendido e posteriormente desprezado pelo poder público de Itapetinga, restando, de todo o processo, apenas um grande e rico legado de informações aos poucos que lhe tiveram acesso.

Durante o curto mandato do Padre Altamirando as principais iniciativas da prefeitura municipal, além da proposta de planejamento urbano, foram: Posto de Saúde da Nova Itapetinga; Praça Otávio Mangabeira; a construção de casas populares; reforma da Concha Acústica (painel 7 – foto 29) e Biblioteca infantil (substituição da biblioteca tia Ruth); pavimentação da Avenida Gerson Oliveira na Nova Itapetinga, que se constituiu na primeira rua pavimentada em um dos bairros periféricos; construção e manutenção de estradas vicinais; construção de algumas escolas rurais e do Colégio Polivalente com verbas do Estado.

Em julho de 1971, mais um empreendimento da iniciativa privada, o lançamento do Jornal Dimensão que passaria a exercer influência definitiva na formação de opinião pública na cidade de Itapetinga.

Na administração municipal de Evandro Andrade, de 1973 a 1976, ocorreu a primeira tentativa de criação de uma área industrial para Itapetinga. Foi desapropriada uma área de aproximadamente 100 ha com esse objetivo. Entretanto o projeto foi abortado devido à falta de apoio do governo na esfera estadual no sentido de atrair investimentos, além dos argumentos técnicos de que a construção de fábricas naquela localização seria inadequada por causa da direção dos ventos que conduziriam a poluição ao centro da cidade.

Na área desapropriada foi criada, então, uma escola estadual que mais tarde, em 1980, seria cedida em regime de comodato à CEPLAC para abrigar as instalações da Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC em Itapetinga (EMARC-IT). A escola passou a desempenhar um grande papel na luta pelo desenvolvimento tecnológico da atividade agropecuária através de seus atuantes

programas de pesquisa e de extensão durante todo o período em que funcionou como escola média técnica profissionalizante em agropecuária⁶⁹. Segundo informações dos herdeiros do antigo proprietário destas terras, José Leal Ivo, estas áreas nunca foram indenizadas.

Além dessa área, foi também desapropriada uma área de aproximadamente 25 ha, numa reserva que se tornaria o Parque Municipal da Matinha, de propriedade de Clero Pedreira.

Foram ainda realizações dessa administração: reforma da praça Dairy Valley (painel 7 – foto 28); a construção de três praças, João Barreto, Zilda Ribeiro e Oscar Marback; a construção da Estação Rodoviária; os postos de saúde Orfísia Andrade e José Luna e administração distrital de Bandeira do Colônia; a construção da Ponte na Estrada da Areada; esgotamento sanitário na Nova Itapetinga e Bairro Primavera e a pavimentação de diversas ruas.

Merece destaque a reforma da praça Dairy Valley, parte integrante de um grande projeto de intervenção urbana. Foram encomendados ao PROURB um cadastramento de toda a área urbana e um projeto intervenção para a área central da cidade. Nesse projeto, ainda perseguindo a imagem de cidade moderna, estavam articuladas as idéias de reforma da praça da Bandeira e Augusto de Carvalho, e a construção de um Centro Cívico que envolvesse os prédios da Prefeitura, da Câmara de Vereadores e do Fórum no mesmo quarteirão onde já se encontrava a

⁶⁹ Atualmente, após a lei federal que impede os técnicos de nível médio de prestarem exame vestibular, a EMARC teve que, em defesa da sobrevivência, instituir o curso científico. Portanto, apesar de ainda manter a propriedade agrária e desenvolver, ainda, algumas aulas práticas no campo, perdeu seu caráter de Escola Média Técnico Profissionalizante.

Prefeitura. De todo o projeto, apenas foi executada a reforma da praça Dairy Valley que, até então, era o ponto efervescente da vida noturna da cidade.

Em 1977, no governo de Roberto Santos, a reforma da rodovia que liga Itabuna a Vitória da Conquista com a transposição de seu eixo no trecho em que circunda a cidade de Itapetinga, iria desempenhar um papel estruturante na determinação da forma urbana da cidade.

Em 1977, José Vaz Espinheira assumia a prefeitura pela terceira e última vez para cumprir mandato de seis anos até 1983. De grupo político contrário ao responsável pela elaboração do Plano de 1972, contratou outra equipe para revisar este Plano menos de dez anos depois. Dessa vez voltava à cena o PROURB. Como revisão do plano do SAAU, esse Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) foi apenas de caráter físico-territorial – as medidas propostas são apenas um conjunto de legislações reguladoras do perímetro urbano, uso do solo e edificações e um conjunto de diretrizes para o traçado urbano da cidade. Embora submetido à Câmara Municipal e transformado em lei em 5 de março de 1982, esse plano, mais uma vez engavetado, também nunca foi efetivamente implementado.

1.4.3 Os novos aspectos da crise

Apesar da vinda das indústrias de laticínio, da instalação da pecuária mista e do grande volume de recursos em financiamento, mais uma vez a região não conseguiu escapar à crise que, a despeito de algumas retomadas de prosperidade, foi se acirrando cada vez mais, representando, mais que uma crise estrutural, o limite de um padrão cultural em se integrar ao novo. O modelo de pecuária extensiva

adotado, baseado na extração dos recursos naturais e com baixo investimento em tecnologia, acabou resultando no crescente esgotamento dos recursos naturais, e conseqüentemente, para compensar este esgotamento, um crescimento horizontal da produção baseado na concentração da propriedade de terra, que excluiu um grande número de pequenos proprietários do sistema produtivo e provocou um quadro social de exclusão e grande exploração da classe trabalhadora.

Mesmo com a implantação do Curso de Zootecnia da UESB, em 1982, que se configurou num importante vetor de desenvolvimento local e da construção do Matadouro Frigorífico do Médio Pardo S/A (MAFRIP), a partir de 1984, (painel 7 – foto 26), com participação de verbas estatais – que veio reafirmar a possibilidade de fortalecimento da região como pólo de produção e transformação agropecuária, oferecendo em torno de 300⁷⁰ empregos diretos – a cidade ainda carecia de condições que fizessem retroceder o processo de crise em que se encontrava.

O incremento populacional decaiu sensivelmente durante a década de 70. A população do município, que já era de 46.112 habitantes em 1970⁷¹, chegou a 47.417 em 1980, crescendo apenas 2,83% em dez anos. O crescimento da população urbana, de 21,92 %, se deu, praticamente, por crescimento vegetativo e pela migração campo-cidade, atingindo uma população de 39.784 habitantes em 1980⁷², muito aquém das previsões, estimadas em torno de 80 mil habitantes na maioria dos projetos das décadas anteriores.

⁷⁰ Dados fornecidos pela empresa.

⁷¹ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 1970: IBGE, 1970.

⁷² IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 1980: IBGE, 1980.

Dessa forma, apenas a ocupação de dois loteamentos destinados aos segmentos de menor poder aquisitivo se iniciou: o loteamento Clodoaldo Costa, de propriedade do deputado Clodoaldo Costa, no vazio urbano limitado pela Nova Itapetinga, estrada de Macarani e pelo novo anel rodoviário; e, nas imediações da Leite Glória, o Loteamento Vila Riachão, de Manoel da Silva Nery. No Clodoaldo Costa, encontram-se também alguns segmentos da classe média que, não encontrando espaço nas áreas centrais, já saturadas, encontraram ali possibilidades de se estabelecer. Além disso, algumas ocupações da década anterior cresceram e se consolidavam, principalmente o loteamento Volta Grande, devido à sua proximidade da fábrica da Leite Glória.

O perímetro urbano estabelecido no Decreto de Lei n.º 1.094 de 04 de Janeiro de 1979, e ratificado no traçado proposto no conjunto de plantas aprovadas no bojo do plano de 1982, viria abrir espaço para o surgimento dos loteamentos Morumbi e Quintas do Morumbi – de propriedade do prefeito José Vaz Espinheira – e Recanto da Colina – de propriedade da Imobiliária Oliveira Ltda. (IMOL), dos filhos de Juvino Oliveira. Estes loteamentos, destinados às classes de alto poder aquisitivo, iriam atrair os produtores rurais, profissionais liberais, altos funcionários, comerciários e pequenos industriais para construção de casas de alto padrão de luxo. Analisando a área na atualidade vê-se que sua ocupação ainda está muito aquém da capacidade oferecida pela área efetivamente comprometida.⁷³

Assim, destacam-se as grandes ações do Estado neste período, que foram estruturantes para Itapetinga, mas que só beneficiaram os donos do capital – a

⁷³ Ver Capítulo 2.

indústria, o proprietário do solo rural e o proprietário do solo urbano: os financiamentos e incentivos fiscais, através da SUDENE, para a Leite Glória do Nordeste⁷⁴; a participação do Governo do Estado na criação do Matadouro Frigorífico do Médio Pardo S/A (MAFRIP), sendo proprietário de 12,5 % das ações – o restante das ações encontra-se distribuído da seguinte maneira: 73% com a Cooperativa Mista do Médio Rio Pardo⁷⁵ (COOPARDO) e 14,5 % com produtores individualmente –; os grandes financiamentos agrícolas e a aprovação de um Plano Diretor, que não foi implementado de fato.

Mesmo a criação do curso de Zootecnia da UESB, que viria, posteriormente, contribuir na busca do desenvolvimento regional, se deu num período pré-eleitoral; por exclusiva vontade do poder Executivo em nível municipal e estadual; e sem nenhum investimento que criasse as mínimas condições concretas para o seu efetivo funcionamento, além do quadro de professores e de dez salas de aula em uma escola onde anteriormente funcionava o primeiro grau. Foi o corpo docente deste curso que assumiu para si a tarefa de construção da Universidade desencadeando, a partir daí, uma forte campanha para obtenção de terreno e recursos para implantação do novo Campus Universitário e criação de novos cursos, o que só veio a se concretizar a partir da década de 1990 (painel 7 – foto 27) e devido a um forte empenho de toda a comunidade itapetinguense, que contribuiu, inclusive, com recursos financeiros.

⁷⁴ Atualmente esta indústria pertence à Indústria de Laticínios Palmeira dos Índios S/A, com nome fantasia de Vale Dourado

⁷⁵ Cooperativa dos Produtores Rurais de gado de Corte em Itapetinga.

1.5 QUINTO PERÍODO: A CIDADE ESTAGNADA. 1985 – 1996.

Neste período a atividade pecuária chegava aos extremos de sua crise e os segmentos organizados da sociedade já puxavam a discussão a respeito de novas possibilidades para a economia regional.

A estrutura agrária tradicional, com baixíssima utilização da mão-de-obra da população ativa regional e inexpressivo reinvestimento da renda fornecida em outras atividades urbanas produtivas e empregatícias, não criaram condições de fixação para o capital oriundo de processos de drenagem financeira da região que circulava pela cidade. Dessa forma, a crise estabelecida na atividade pecuária passou a se refletir intensamente no espaço urbano da cidade, criando um ambiente de completa estagnação econômica, política, demográfica e social.

O processo de globalização da economia, caracterizado pela unificação dos mercados e viabilizado pelo avanço tecnológico, viria a impor um novo cenário do capitalismo que, possuindo a competição como o único instrumento ou arma, capaz de revolucionar os processos produtivos e melhorar a qualidade e preço da “mercadoria”, só contribuiu para agravar este quadro. Assim, o capitalista regional viu-se diante de um grande desafio: integrar-se ao mercado globalizado e altamente competitivo com um sistema produtivo extensivo de baixa qualidade tecnológica, baixa demanda de mão-de-obra, crescente esgotamento dos recursos naturais e quadro social em crise. Dessa maneira, é possível considerar a crise da economia como sendo a crise do sistema de produção extensivo, portanto, de uma mentalidade determinada por um padrão cultural.

1.5.1 A falta de perspectivas econômicas

Castigada pelas estiagens cíclicas e pela compactação do solo, devido ao uso intenso – que alterou as características físicas, de absorção e retenção de água, e químicas, de fornecer nutrientes em quantidades necessárias para as plantas – aliadas ao alto custo dos insumos agrícolas, a pecuária não propiciava mais seu próprio desenvolvimento. Conseqüentemente, esta atividade, já não se apresentava como capaz de propiciar o suporte econômico para a região.

A questão da produtividade e a melhoria genética do rebanho, apesar dos esforços em curso na UESB e na EMARC-IT, resumia-se a pequenas tentativas. Entre as causas internas que dificultavam o desenvolvimento da pecuária estavam os altos custos para acesso ao crédito agrícola e a resistência de ordem cultural às mudanças tecnológicas na produção. A pecuária, em geral, continuava com os mesmos métodos produtivos dos primeiros momentos da ocupação regional e com intenso processo de concentração fundiária associada ao empobrecimento dos produtores que se viram pressionados, ao lado das sucessivas estiagens, pelas mudanças ocorridas na política de crédito rural. Por outro lado, a atividade vinha sendo penalizada pela política de estabilização econômica. Só em 1995, a queda da renda na economia rural foi de 25,6 %. A queda dos preços dos produtos agrícolas com os juros permanecendo altos, inviabilizava a produção e causava enormes desigualdades regionais.

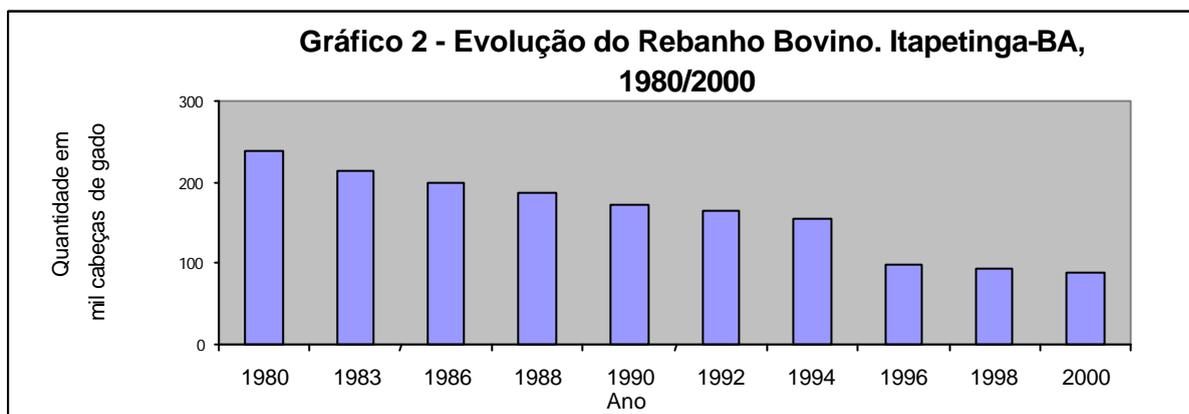
Desta forma, os rebanhos da região sofreram grande redução do número de cabeças, inclusive nos municípios que registram o maior efetivo. Enquanto o rebanho total do estado se manteve oscilando em torno de dez milhões de cabeças

nas últimas duas décadas, em Itapetinga, a quantidade total de cabeças em 2000 chega a menos da metade do total encontrado em 1980, conforme se pode observar na tabela 5 e no gráfico 2.

Tabela 5 – Evolução do efetivo de rebanho bovino do Município de Itapetinga e do Estado da Bahia – 1980/ 2000 (mil cabeças).

Ano	1980	1983	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000
Total da Bahia	9.090	9.427	10.113	10.759	11.505	12.160	9.877	9.838	9.168	9557
Itapetinga	238	215	199	185	171	165	154	97	92	87

Fonte: IBGE – PPM, 1980, 1983, 1986 / SIDRA, 2000,



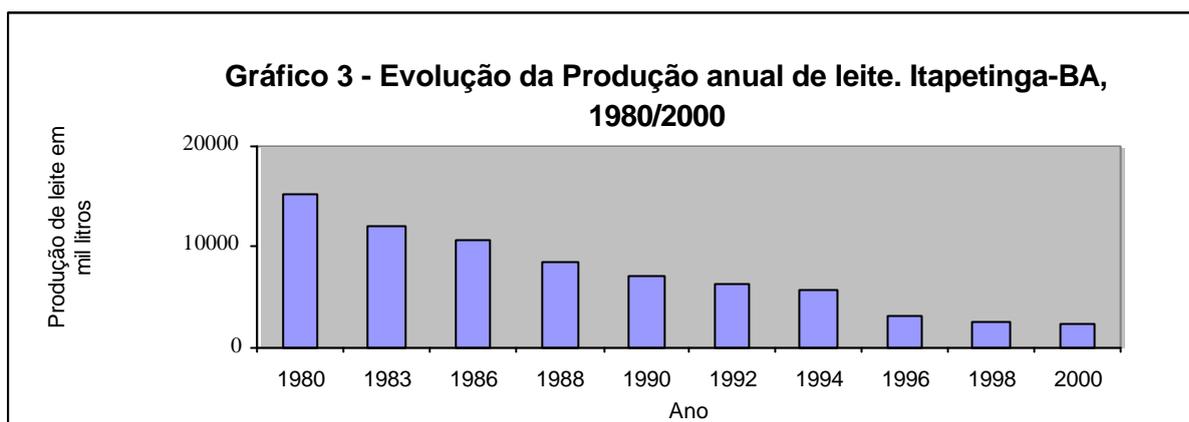
Fonte: IBGE – PPM, 1980, 1983, 1986 / SIDRA, 2002 .

O mesmo ocorreu com a produção de leite, que tem perdido, gradativamente, seu desempenho. No município de Itapetinga, conforme mostra a tabela 6, esta produção reduziu-se em 2.000 a menos de um quarto do total produzido em 1980, enquanto na Bahia houve um incremento de 26%.

Tabela 6 – Produção anual de Leite no Município de Itapetinga e no Estado da Bahia – 1980/2000 (1000 litros)

Cidade/Estado	1980	1983	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000
Total da Bahia	573.686	567.797	662.748	673.805	743.774	865.850	629.982	688.475	682.503	724.897
Itapetinga	15.200	12.200	10.615	8.460	7.200	6.324	5.760	2.998	2.534	2.360

Fonte: IBGE – PPM, 1980, 1983, 1986 / SIDRA, 2002.



Fonte: IBGE – PPM, 1980, 1983, 1986 / SIDRA, 2002.

Vale ressaltar o surgimento de um pequeno grupo de novos produtores empresários constituído, principalmente, pelos filhos de pecuaristas que se qualificaram nos grandes centros e retornaram à cidade. Esse grupo, vencendo as resistências culturais existentes na região, investiu em tecnologia, conseguindo ficar menos dependente dos fatores climáticos e ambientais. Esse tipo de produtor é tipicamente, o subordinado à grande indústria de leite ou ligado à atividade comercial e industrial da carne bovina. Entretanto, além de ser um grupo muito reduzido, os altos custos dos financiamentos para o investimento em tecnologia, atrelados aos baixos preços conseguidos pelos produtos agropecuários no mercado globalizado e às imposições da grande indústria de laticínios, conduziram ao fracasso vários destes investimentos. Portanto, as mudanças não foram suficientes para reverter a vertiginosa queda da produção pecuária do município, observada nas tabelas 5 e 6 e nos gráficos 3 e 4.

A pecuária, não conseguindo mais sustentar o seu próprio desenvolvimento, passou a estender as consequências deste processo às principais indústrias e instituições existentes na região, todas elas, de alguma forma, atreladas a esta

atividade econômica. A Leite Glória do Nordeste – que tinha capacidade produtiva de 200.000 litros de leite /dia – devido à queda crescente na produtividade e uma grande sazonalidade na produção chegava, nas entressafras, a trabalhar com apenas 30% da sua capacidade produtiva. Nessa situação, a fábrica foi vendida para o grupo Indústria de Laticínio Palmeira dos Índios S/A (ILPISA), passando a se chamar Indústria de Laticínios Vale Dourado. Entretanto, a crise nesta indústria só tem se agravado até os dias atuais, chegando ao caso extremo de comprometer o pagamento de seus fornecedores, o que volta a se refletir na economia local.

O MAFRIP, fundado em 1984, com o objetivo de fortalecimento da região como pólo de produção e transformação agropecuária, apenas conseguia garantir o uso mínimo de suas instalações – com uma capacidade de abate de 11.000 cabeças/mês, chegou a operar com apenas 4.000 cabeças/mês⁷⁶. Sua produção, basicamente resfriada, competia com muitos outros abatedouros regionais e, sobretudo, com os clandestinos que não pagam impostos. A pressão da concorrência foi agravada na medida em que o fazendeiro preferia vender o boi ao pequeno abatedor e pagar, assim, menos impostos.

1.5.2 A busca de alternativas à crise

Diante da crise econômica em curso, os segmentos organizados da sociedade local começaram a preocupar-se em estudar formas que a conduzissem à retomada do crescimento econômico. Reunidos no Seminário “Perspectivas Econômicas para a Microrregião Agropastoril de Itapetinga”, realizado no período de 24 a 27 de setembro de 1995, produtores rurais, microempresários, técnicos,

⁷⁶ Dados fornecidos pela empresa em resposta a solicitação da autora.

consultores, autoridades e lideranças políticas municipais e estaduais, coordenados pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, redigiram a “Carta de Itapetinga” onde apontam como alternativas para o desenvolvimento regional: o aumento da produtividade da pecuária para alcançar o mercado internacionalizado; a diversificação da produção para fugir das limitações da monocultura; o desenvolvimento e fortalecimento da agroindústria e microempresas regionais; a articulação inter-regional buscando elaborar projetos que incorporassem todo o Sudoeste; o fortalecimento da Universidade e, por fim, a realização de gestão junto ao poder público no sentido de criar oportunidades econômico-sociais e dotar a região da infra-estrutura.

1.5.3 O Estado: suas ausências e presenças.

Além de ser marcado pela forte estagnação econômica, sofrida devido à crise da atividade pecuária, este período se caracterizou, também, pela ausência quase absoluta de investimentos do Estado nas esferas federal e estadual. A ausência do governo do Estado se deve a questões de ordem política. O grupo vinculado a Antônio Carlos Magalhães, do Partido da Frente Liberal (PFL), de caráter autoritário e centralizador, que tem se conservado à frente da administração estadual na maior parte do período compreendido entre essa época e os dias atuais, se negava a investir no município devido às divergências políticas com a administração municipal. Após o afastamento de Juvino Oliveira da vida política, encontrava-se no poder político local, um grupo de produtores rurais liderado por Michel Hagge, vinculado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e opositor a Espinheira, que logo após perder as eleições veio a falecer. Dessa forma, os investimentos realizados, apenas com os escassos recursos municipais, resumiram-se às obras

em equipamentos e alguma infra-estrutura urbana. Quanto aos recursos federais, vieram apenas para a construção do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC).

Por outro lado, com a população urbana crescendo 21,45 % na década de 80 e apenas 1,37 % durante os seis anos compreendidos entre 1991 e 1996, a cidade pouco se expandiu, apenas adensando um pouco a ocupação de algumas áreas já loteadas, como é o caso dos loteamentos Jardim Morumbi, Quintas do Morumbi, Rodoviária e Otávio Camões, além de ralas e pequenas ocupações novas como é o caso dos loteamentos Vila Rosa, Vila Nery e Zilda Ribeiro e das áreas objeto de programas de habitação popular da Prefeitura Municipal, como é o caso da Vila Suzano e Ecosane. Este baixo crescimento conduz à falsa aparência de absoluto controle sobre os problemas urbanos.

Nesse período a cidade conseguiu pavimentar quase que a totalidade de suas ruas; a construção de diversas casas populares e apoio à construção de conjuntos habitacionais. Além disso marcaram a época: a construção do Cemitério Parque da Eternidade e das duas Centrais de Abastecimento de Alimentos em substituição ao Velho Mercado; a reforma e construção de várias praças; o investimento na educação municipal; a construção de dois grandes parques públicos (painel 8 – fotos 30 a 35), o Parque Municipal da Matinha (segundo maior zoológico da Bahia, só perdendo para o de Salvador) e o Parque Municipal da Lagoa (que não se conseguiu concluir nesse período, por falta de recursos); isto, sem falar no saneamento básico que coloca Itapetinga na confortável condição de um dos municípios baianos com maior número de moradias urbanas ligadas à rede geral de esgoto: ou pluvial ou com fossa séptica com um índice de 91,1% das residências.

Este índice está bastante acima da média do estado de 42,4% das residências, conferindo a Itapetinga uma posição de destaque. Vale ressaltar que, apesar dessa posição, até os dias atuais, o esgotamento não recebe nenhum tipo de tratamento, sendo jogado diretamente no leito do rio Catolé.

Na cidade estagnada, contudo, o desemprego crescia, e a falta de perspectivas levava uma grande parte da população jovem a deixar a região em busca de alternativas de trabalho. Esta situação não se limitava às pessoas de baixa renda. Também muitos filhos de produtores, sofrendo as conseqüências do empobrecimento gerado pela crise e sem conseguir retirar o sustento da atividade pecuária, deflagraram o processo de êxodo em direção a centros maiores.

1.6 SEXTO PERÍODO: O DISTRITO INDUSTRIAL E O “SONHO DE PÓLO CALÇADISTA”. 1997 – 2002.

Marcado pela configuração de uma nova etapa no processo de acumulação do capital a partir da implantação do Distrito Industrial, este período está atrelado a um grande volume de investimentos do governo estadual na cidade em obras de infra-estrutura e de “requalificação urbana”.

1.6.1 A “grande” saída para a crise

Foi com a economia completamente estagnada que Itapetinga entrou no processo eleitoral de 1996, e foi nessa situação que o grupo constituído no poder estadual investiu pesado nas eleições municipais, conseguindo eleger, pela primeira vez após um longo período, o prefeito dessa cidade. Com isso, Itapetinga volta a ser objeto das atenções dos investimentos estaduais.

Tendo a diversificação da economia como única alternativa possível para a região e dentro de um cenário nacional de tentativa de alteração do quadro Institucional que buscava eliminar o desequilíbrio criado pelo próprio processo institucional de industrialização existente, surgiu a instalação do “Distrito Industrial de Itapetinga” promovida pelo poder público como “grande saída” para a crise. Devido à agressiva política de atração de investimento através do oferecimento de incentivos fiscais e creditícios e oferecimento de infra-estrutura⁷⁷, duas novas indústrias se instalam na região: a Indústria Brasileira de Bicicleta (IBB) e a Azaléia do Nordeste S/A. A Azaléia (painel 9 – foto 36), como investimento mais importante, receberia também os maiores incentivos. VAINER⁷⁸ destaca as políticas agressivas de atração de investimentos por parte de estados e municípios como determinante dentre os vários tipos de coalizões e movimentos políticos que acionam novas territorialidades no Brasil.

Nas regiões possuidoras de potencial de articulação política em que a emigração tem ocorrido devido à estagnação econômica, a reivindicação do “desenvolvimento regional” como já observado por Singer⁷⁹ tem levado numerosos governos ao desenvolvimento de esforços deliberados no sentido de encaminhar, para ali, recursos públicos e investimentos privados. Este autor assinala que, de uma forma geral, os programas de “desenvolvimento regional” nos países capitalistas têm dado ênfase ao desenvolvimento da infra-estrutura de serviços nas áreas

⁷⁷ Ver capítulo 3

⁷⁸ VAINER, C. B. *A configuração de novos espaços regionais e a emergência de novos atores políticos ou neorregionalismo de base popular: realidade e possibilidades*. In: Anais do Encontro Nacional da ANPUR 6. FARRET, R. (Org.). Brasília: IPPUR/UFRJ, 1995.

⁷⁹ SINGER, P. I. *Economia Política e Urbanização*. 3. ed. CEBRAP, Brasiliense, 1976.

estagnadas e o oferecimento de incentivos econômicos, geralmente de caráter fiscal ou creditício, às empresas que se fixam em tais áreas.

Na Bahia, TEIXEIRA e GUERRA⁸⁰ apontam, além dos incentivos de caráter fiscal e creditício, a aberta concessão, pelo governo, de atrativos adicionais, que envolvem o oferecimento de galpões industriais, dotados de água, energia, comunicações e acessos viários, ingressando com força na chamada guerra de incentivos como detonadores do movimento de realocização industrial. Com isso, uma série de novos investimentos foram atraídos (volume total de 7,01 bilhões para todo o Estado) na expectativa de que eles terão a capacidade de proporcionar um novo salto qualitativo na industrialização baiana.

Está inserida dentro desta movimentação a atração de novos investimentos, direcionados ao setor calçadista, em diversos municípios da Bahia, no final da década de 90, mais especificamente no período de 1996/1997, devido a uma estratégia agressiva de atração, baseada em incentivos fiscais e creditícios. Além do ramo calçadista foram atraídas também fornecedoras de componentes e artefatos de couro, totalizando onze empresas, as seguintes: Azaléia, Ramarim, Bibi, Piccadilly, Daiby, Fortik, Sisa, Ingenort, Solajit, Kildare e Vinilex.

1.6.2 A Azaléia e seus possíveis impactos

Azaléia do Nordeste S.A., primeira inversão da moderna indústria calçadista na Bahia, com um investimento estimado em 118 milhões – o maior do setor

⁸⁰ TEIXEIRA, F. E GUERRA O. *50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica*. In: Bahia Análise e Dados, V. 1. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2000.

calçadista no Estado – e capacidade de produção de 11 milhões de pares de calçados por ano, constitui-se no principal investimento do “Distrito Industrial de Itapetinga”. Além da “fábrica-mãe” que emprega atualmente em torno de 4.000 operários, este empreendimento oferece mais mil empregos em 18 galpões espalhados por doze municípios da Região Administrativa de Itapetinga.

Mesmo com uma participação inexpressiva em nível nacional e pouco significativa regionalmente, a implantação das indústrias calçadistas na Bahia provoca um grande impacto em alguns dos municípios e em seu entorno, conforme chama a atenção a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC)⁸¹ destacando o caso da Azaléia-Nordeste em Itapetinga, onde calcula que 8,5% da população economicamente ativa⁸², na cidade, se encontraria empregada na Azaléia.

Quanto à relação renda gerada pelas empresas/ *proxy* produção municipal, verifica-se que o impacto no município também é bastante significativo. Novamente mencionando como exemplo a Azaléia, pode-se ainda constatar, [...], a dimensão do impacto da implantação desta empresa em um município que possuía, até então, uma produção basicamente agropastoril. A *proxy* do PIB municipal de Itapetinga em 1996 (última informação disponível) foi de 100.393 mil, e somente a Azaléia acrescenta à economia local 11.930 mil, o que representa 12% da renda total deste município⁸³.

Para Porto et al.⁸⁴, em função da forma descentralizada do empreendimento, a tendência geral é a ocorrência de impactos em bloco em toda a região, em maior ou menor escala, a depender da capacidade do investimento de atrair indústrias e

⁸¹ BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e tecnologia - SEPLANTEC. Superintendência de Planejamento Estratégico. *Quatro Cantos da Bahia*. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2001.

⁸² Este valor foi calculado a partir de uma população em idade ativa de 31.615 habitantes, conforme a contagem do IBGE de 1996. Este assunto voltará a ser tratado, considerando os números do censo demográfico do IBGE 2000, no capítulo 3.

⁸³ BAHIA. (2001). Op. cit. p. 79.

⁸⁴ PORTO, Edgar et al. *O Empreendimento da Azaléia em Itapetinga*. Não publicado.

serviços complementares. Assim, tenderia a se alterar a estrutura urbana de todas as cidades envolvidos e, em especial, a de Itapetinga que, com a produção baseada na pecuária, pouco demandante de mão-de-obra e concentradora de renda nos extratos mais elevados, não gerou nem distribuiu uma massa salarial capaz de concentrar os fluxos comerciais e de serviços favorecendo que parte desses fluxos se deslocasse para Vitória da Conquista e Itabuna. A estrutura interna de cidade com bairros populares pouco extensivos e um centro de comércio e serviço com espectro limitado, apesar de sofisticado em relação às outras pequenas cidades do seu entorno, encontraria, então, novas demandas.

1.6.3 A nova etapa no processo de acumulação do capital e os novos conflitos

Como não poderia deixar de ser, esta nova etapa no processo de produção possibilita o surgimento de novos conflitos dentro do espaço urbano de Itapetinga. Dentre estes conflitos podemos destacar a crescente perda do poder econômico, e conseqüentemente político do pecuarista regional.

Inicialmente, devido à crise, esta classe perdeu espaço para fortes empresários de outras regiões, que começaram a investir na pecuária regional, como é o caso do Grupo Aliança, do ex-governador Nilo Coelho, e do deputado Geddel Vieira Lima, que detêm atualmente grande parcela das terras de Itapetinga. Com o estabelecimento das novas demandas, começa a emergir uma classe ligada ao comércio e aos serviços – até então também monopolizados pelos detentores do capital agrário – que, atrelados aos representantes das novas indústrias, começam a se estabelecer como os novos detentores do poder econômico e político da cidade.

Vale ressaltar a grande diferença existente entre os antigos detentores do capital e do poder e os atuais. Enquanto o capital fundiário, diretamente ligado à terra, fixava os seus detentores à cidade e despertavam um certo sentimento de ligação e envolvimento com os problemas locais, os novos agentes que aqui se estabelecem são completamente exógenos à região e não desenvolvem, com esta, nenhum tipo de diálogo além da necessidade de extrair daí o maior lucro possível. Desta forma, a grande preocupação com a “imagem da cidade”, existente nos períodos anteriores, perde agora a sua prioridade.

Um outro conflito inerente à nova fase é o estabelecido entre o capital industrial “flexível” e a classe trabalhadora, marcado pela forte resistência da indústria a qualquer tipo de organização sindical desta classe. A relação entre a indústria e a classe trabalhadora será discutida mais detalhadamente no capítulo 3.

1.6.4 Os investimentos públicos e o espaço urbano

Este período foi caracterizado pelo grande volume de verbas estaduais destinados a Itapetinga. Mais uma vez, nessa situação, podemos perceber que as ações do Estado são canalizadas na direção de atender aos interesses daqueles que detêm o domínio econômico. Ignorando as demandas da cidade diante deste novo quadro, a grande massa desses investimentos destinou-se à atração e implantação do “Distrito Industrial” e especialmente à fábrica de calçados Azaléia do Nordeste S/A⁸⁵.

⁸⁵ Ver capítulo 3

Os outros investimentos em infra-estrutura de grande porte realizados na cidade foram também em atendimento a exigências da empresa e dos agentes emergentes dos setores de comércio e de serviços. Destaca-se entre estes investimentos, o mais volumoso de todos, a construção do aeroporto (painel 10 – fotos 37 e 38) completamente equipado, onde antes havia o campo de pouso. Construído por exigência da Azaléia, este aeroporto encontra-se ocioso a maior parte do tempo, uma vez que, não havendo qualquer empresa de transportes de passageiros ou de cargas atuando regularmente na cidade, apenas recebe os jatos particulares que conduzem os dirigentes da empresa.

Além deste investimento podem ser enumerados: a construção da ponte que liga o Distrito Industrial ao bairro popular Nova Itapetinga; a requalificação da área central da cidade (painel 10 – fotos 39, 40 e 41), reivindicação dos agentes ligados ao capital comercial emergente e, por último, a construção do aterro sanitário (painel 11 – fotos 42 e 43). Entretanto, estes últimos investimentos, apesar de envolverem um grande volume de recursos, se caracterizam pela baixa qualidade tecnológica e construtiva, refletindo o caráter efêmero do modelo “flexível” adotado e já demonstravam sinais de deterioração, menos de um ano depois de inaugurados. O aterro sanitário, sem ser operado adequadamente, já funciona nos mesmos moldes que o antigo lixão (painel 11 – fotos 44 e 45).

Enquanto isso, as estradas vicinais que dão acesso às propriedades rurais e pelas quais é escoada a produção de leite dessas propriedades encontram-se em péssimo estado de conservação, fato que, de certa forma, confirma o baixo poder de pressão política da classe dos produtores, principalmente das pequenas e médias propriedades que se situam afastadas das vias principais.

1.6.5 As novas iniciativas de planejamento

As exigências de planejamento, dentro dos novos modelos fundamentados no conceito de sustentabilidade imposta pelos órgãos financiadores nacionais e internacionais, levaram o governo do Estado a viabilizar, através da CAR, em parceria com a UESB, a elaboração do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) para a Região Sudoeste da Bahia, onde se insere Itapetinga. Esse plano, publicado em 1999⁸⁶, após mais de um ano de trabalho envolvendo uma equipe interdisciplinar composta de técnicos do Núcleo de Planejamento da CAR e professores da UESB, além de contar com a participação da comunidade regional, não teve qualquer continuidade que possibilitasse a sua implementação. Mais uma vez, observa-se uma proposta de Planejamento “engavetada”.

Atualmente, encontra-se em andamento uma nova tentativa de planejar o espaço urbano de Itapetinga. Vencedora de licitação pública promovida também pela CAR, a empresa Damicos Consultoria e Negócios Ltda. encontra-se em processo de elaboração de um novo Plano Diretor para esta cidade. Esta iniciativa se deve às exigências impostas pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 182, que institui o Plano Diretor obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, como o instrumento básico da política urbana, e pelo Estatuto da Cidade – Lei 10.257 de maio de 2001 – que estabelece em seu artigo 40 a necessidade de revisão da lei que institui o Plano Diretor pelo menos a cada dez anos. Reforçando a Constituição Federal, a lei Orgânica do Município de Itapetinga, de 1990⁸⁷, em seu Capítulo II, artigo 6.º, também estabelece que é da competência do município

⁸⁶COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR. *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS Sudoeste da Bahia*. Salvador: CAR. 1999.

elaborar e executar a política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das áreas do Município, e garantir o bem-estar de seus habitantes, bem como elaborar e executar, com a participação de associações representativas da comunidade, o Plano Diretor, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, estabelecendo o prazo até 30 de novembro de 1990 para a aprovação deste Plano Diretor, ficando proibida aprovação de loteamento, arruamentos e zoneamento urbano até essa data da aprovação. Dessa forma, podemos observar um atraso de pelo menos 12 anos na observância da lei.

Por outro lado, esta iniciativa em relação ao Planejamento Urbano é contraditória com a prática, até então, desempenhada pelo poder público municipal na contemporaneidade que, ignorando o Plano e Legislação existentes, tem permitido de maneira conivente a proliferação de loteamentos e ocupações do espaço público completamente fora dos parâmetros legais.

A apropriação dos espaços públicos pela iniciativa privada tem sido uma das principais características deste último período deixando sua marca na paisagem urbana (painel 12 – fotos 46 a 51). A inobservância de qualquer legislação, seja ela, municipal ou federal, possibilitou a multiplicação de espaços públicos como calçadas e praças, apropriadas para construção de bares, restaurantes, instalação de barracas de alimentação, chaveiros, bancas de revistas etc., impossibilitando sua utilização para os fins a que se destinam e dificultando a circulação do pedestre. Oliveira et al.⁸⁸ discutem este conflito entre usuários – pedestres e automóveis – e

⁸⁷ ITAPETINGA. *Lei Orgânica do Município*. Itapetinga, 1990.

⁸⁸ OLIVEIRA, Nelma Gusmão de et al -*Feliz Cidade: Metodologia em Desenho Urbano*. Vitória da Conquista: UESB, 2000. 35p.

iniciativa privada na avenida Itarantim, a principal avenida da cidade e onde se estabelece uma nova centralidade. Para se apropriar de um determinado espaço público, a única condição necessária é que haja uma ligação política com o grupo instituído no poder. Esta situação não acontece aleatoriamente, ela está articulada ao perfil dos novos agente detentores do poder. Nos períodos anteriores, como já citado, a despeito das grandes desigualdades sócio-espaciais, a preocupação com a imagem de cidade moderna e próspera em suas áreas centrais era uma constante em todas as atuações dos agentes envolvidos na produção do espaço urbano, não só no que se refere às ações do poder público como também às da própria iniciativa privada.

Quanto à expansão urbana deste período, o que pode ser observado de acordo com o mapa temático 04 é o pouco crescimento da mancha urbana. Entretanto tem acontecido o adensamento de áreas já ocupadas principalmente nas ocupações informais como é o caso do bairro Américo Nogueira (Entre Ricos) e da Vila Suzano. Por outro lado vários espaços têm sido ocupados ainda que de maneira rarefeita e desordenada em loteamentos fora do perímetro urbano, como é o caso dos loteamentos Quintas do Norte e Quintas do Sul.

Nestas circunstâncias, cabe aqui um questionamento: irá este novo plano ser implementado de fato, ou se transformará apenas em mais um documento impresso para cumprir exigências burocráticas e atender às condições necessárias para a obtenção de financiamentos?

DE ITATINGA A ITAPETINGA, AINDA UMA VILA. ITAPETINGA-BA (1912 A 1952)



1



2



3



4

Foto 1: Acervo particular de Judith Jabur Moura

Fotos 2, 3 e 4: Acervo da Fundação Associação Cultural Itapetinguense (F.A.C.I.)

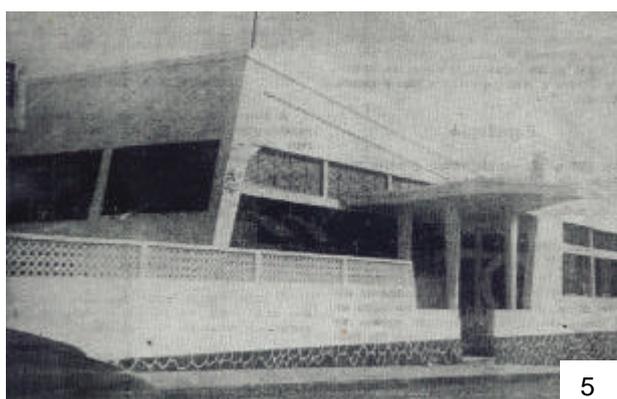
Foto 1 – Praça Augusto de Carvalho – Vila de Itatinga.

Foto 2 – Construção da Ponte que dá acesso a Itabuna.

Foto 3 – Estrada Itabuna-Lapa, antes da Pavimentação.

Foto 4 – Mercado antigo.

A CIDADE NO APOGEU. ITAPETINGA-BA (1952 A 1959)



5



6



7



8

Foto 5: Acervo da Fundação Associação Cultural Itapetinguense (F.A.C.I.)

Foto 6,7,8: Acervo particular de Judith Jabur de Moura

Foto 5 – Clube da A.C.I.

Foto 6 – Praça Augusto de Carvalho – período do apogeu.

Foto 7 – Praça Augusto de Carvalho – período do apogeu.

Foto 8 – Parque de Exposições – primeiras instalações.

A IMAGEM MODERNA DA CIDADE I. ITAPETINGA-BA (1960 A 1968)



9



10



11



12



13



14

Fotos: Acervo Fundação Associação Cultural Itapetinguense (F.A.C.I.)

Foto 9 – Praça Dairy Valley, primeiro projeto – vista do prédio da Prefeitura.

Foto 10 – Praça Dairy Valley, primeiro projeto – vista do picadeiro.

Foto 11 – Hotel Goitacaz.

Foto 12 – Prédio da Prefeitura.

Foto 13 – Hotel Goitacaz e Esculturas da Praça.

Foto 14 – Construção do edifício Juvino Oliveira.

A IMAGEM MODERNA DA CIDADE II. ITAPETINGA-BA (1960 A 1968)



15



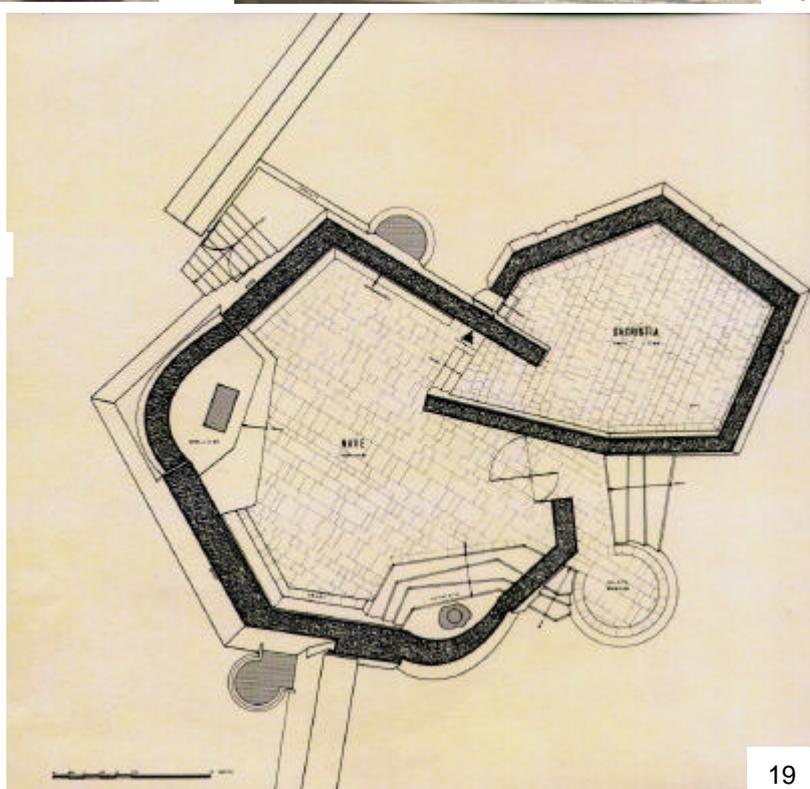
16



17



18



19

Fotos 15, 16, e 17: Acervo Fundação Associação Cultural Itapetinguense (F.A.C.I.)

Foto 15 – Praça Monte Castelo.

Foto 16 – Praça Monte Castelo.

Foto 17 – Praça Monte Castelo.

Foto 18 – Capela do Menino Jesus – detalhe de acesso à cobertura.

Foto 19 – Capela do menino Jesus – planta baixa.

A IMAGEM MODERNA DA CIDADE III. ITAPETINGA-BA (INVESTIMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 1960 A 1968)



20



21

Foto 20: Nelma Gusmão de Oliveira (1997)

Foto 21: Dom Fontinelli (2000)

Foto 20 – Capela do Menino Jesus – fachada principal.

Foto 21 – Estádio Municipal

A CIDADE E A INDÚSTRIA I. ITAPETINGA-BA (1969 A 1984)



22



23

Fotos: Acervo Fundação Associação Cultural Itapetinguense (F.A.C.I.)

Foto 22 – Exposição agropecuária – 1970

Foto 23 – Inauguração da fábrica Leite Glória do Nordeste S/A

A CIDADE E A INDÚSTRIA II. ITAPETINGA-BA (INVESTIMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 1969 A 1984)



24



25



26



27



28



29

Fotos: Dom Fontinelli (2000)

Foto 24 – Leite Glória do Nordeste S/A.

Foto 25 – Leite Glória do Nordeste S/A – vista aérea.

Foto 26 – MAFRIP – vista aérea.

Foto 27 – UESB – Campus Universitário.

Foto 28 – Praça Dairy Valley – novo projeto.

Foto 29 – Concha Acústica – novo projeto.

PARQUES PÚBLICOS. ITAPETINGA –BA (INVESTIMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 1985 A 1996)



30



31



32



33



34



35

Fotos 30 a 34: Dom Fontinelli (2000); foto 35 – Nelma Gusmão de Oliveira (1986)

Foto 30 – Parque Municipal da Lagoa.

Foto 31 – Parque Municipal da Lagoa.

Foto 32 – Parque Municipal da Lagoa.

Foto 33 – Parque Municipal da Lagoa.

Foto 34 – Parque Municipal da Matinha.

Foto 35 – Parque Municipal da Matinha.

“O SONHO DE PÓLO CALÇADISTA”. ITAPETINGA-BA (1997-2002)



Foto: Dom Fontinelli (2000)

INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA E REQUALIFICAÇÃO URBANA.
ITAPETINGA-BA (1997-2002)



Fotos: Dom Fontinelli (2000)

Foto 37 – Aeroporto.

Foto 38 – Aeroporto.

Foto 39 – Reforma do Centro da Cidade – Praça Augusto de Carvalho.

Foto 40 – Reforma do Centro da Cidade – Praça Augusto de Carvalho.

Foto 41 – Reforma do Centro da Cidade – Praça da Bandeira.

ATERRO SANITÁRIO E LIXÃO. ITAPETINGA-BA (1997 A 2002)



Fotos: Dom Fontinelli (2000)

Foto 42 – Aterro Sanitário, recém inaugurado.

Foto 43 – Aterro Sanitário, recém inaugurado.

Foto 44 – Lixão.

Foto 45 – Lixão.

A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PELA INICIATIVA PRIVADA.
ITAPETINGA-BÁ (1997-2002)



Fotos: Nelma Gusmão de Oliveira (2002)

Foto 46 – Praça da Bandeira.

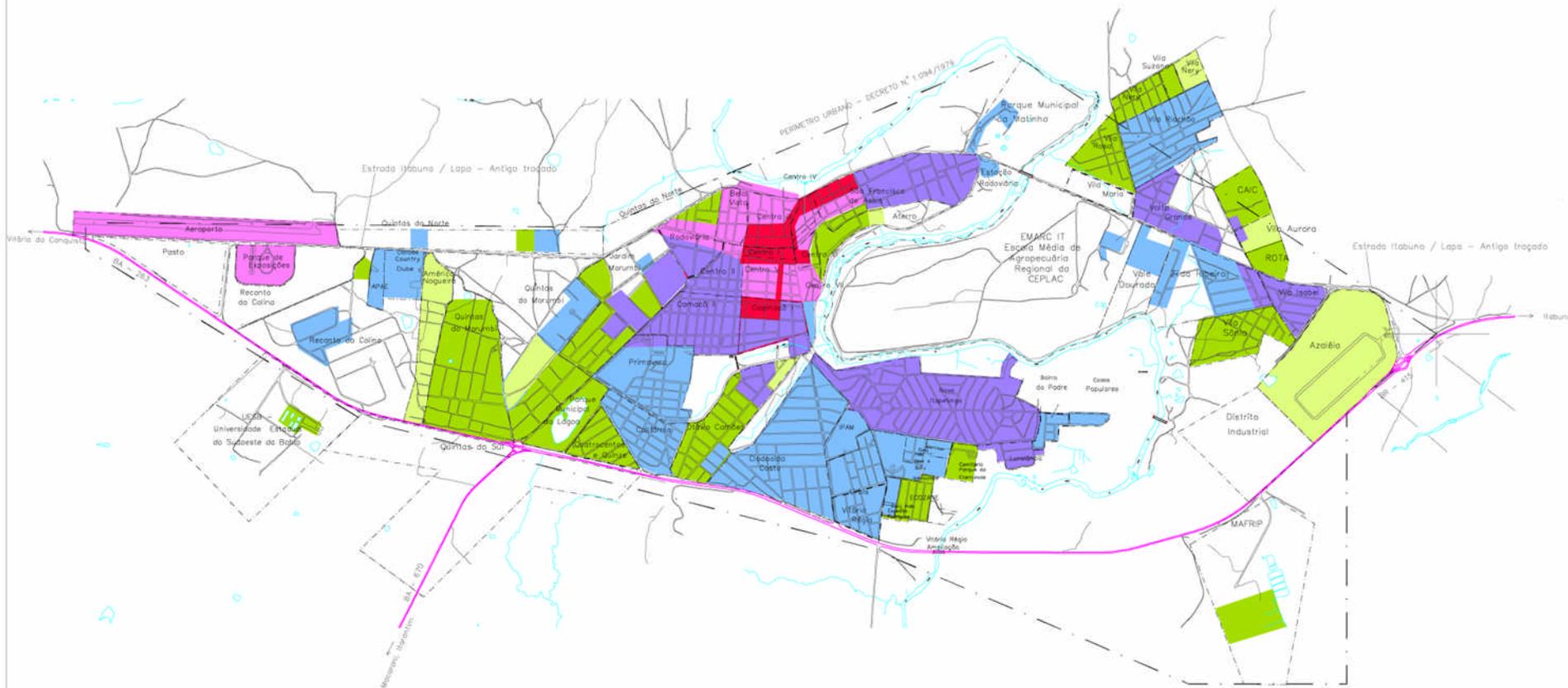
Foto 47 – Praça Dairy Valley.

Foto 48 – Avenida Itarantim.

Foto 49 – Avenida Itarantim.

Foto 50 – Praça Otávio Mangabeira.

Foto 51 – Praça Otávio Mangabeira.

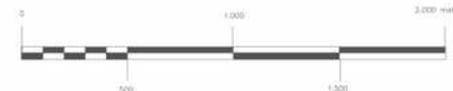


LEGENDA

- Rodovias
- Vias e caminhos
- Perímetro Urbano
- ~ Rios, lagos e lagoas

EVOLUÇÃO URBANA

- | | |
|--|---|
| ■ 1º PERÍODO - ATÉ 1952 | ■ 4º PERÍODO - DE 1959 A 1984 |
| ■ 2º PERÍODO - DE 1953 A 1959 | ■ 5º PERÍODO - DE 1985 A 1996 |
| ■ 3º PERÍODO - DE 1960 A 1968 | ■ 6º PERÍODO - DE 1997 A 2000 |
| ÁREAS DESOcupADAS | |



FONTES:

- PDI - SAAU - 1971
- PDUU - PRDURB - 1982
- CARTÓRIOS DE REGISTROS DAS COMARCAS DE ITAPETINGA E ITAMBÉ
- LEVANTAMENTO DE CAMPO

BASE CARTOGRÁFICA:

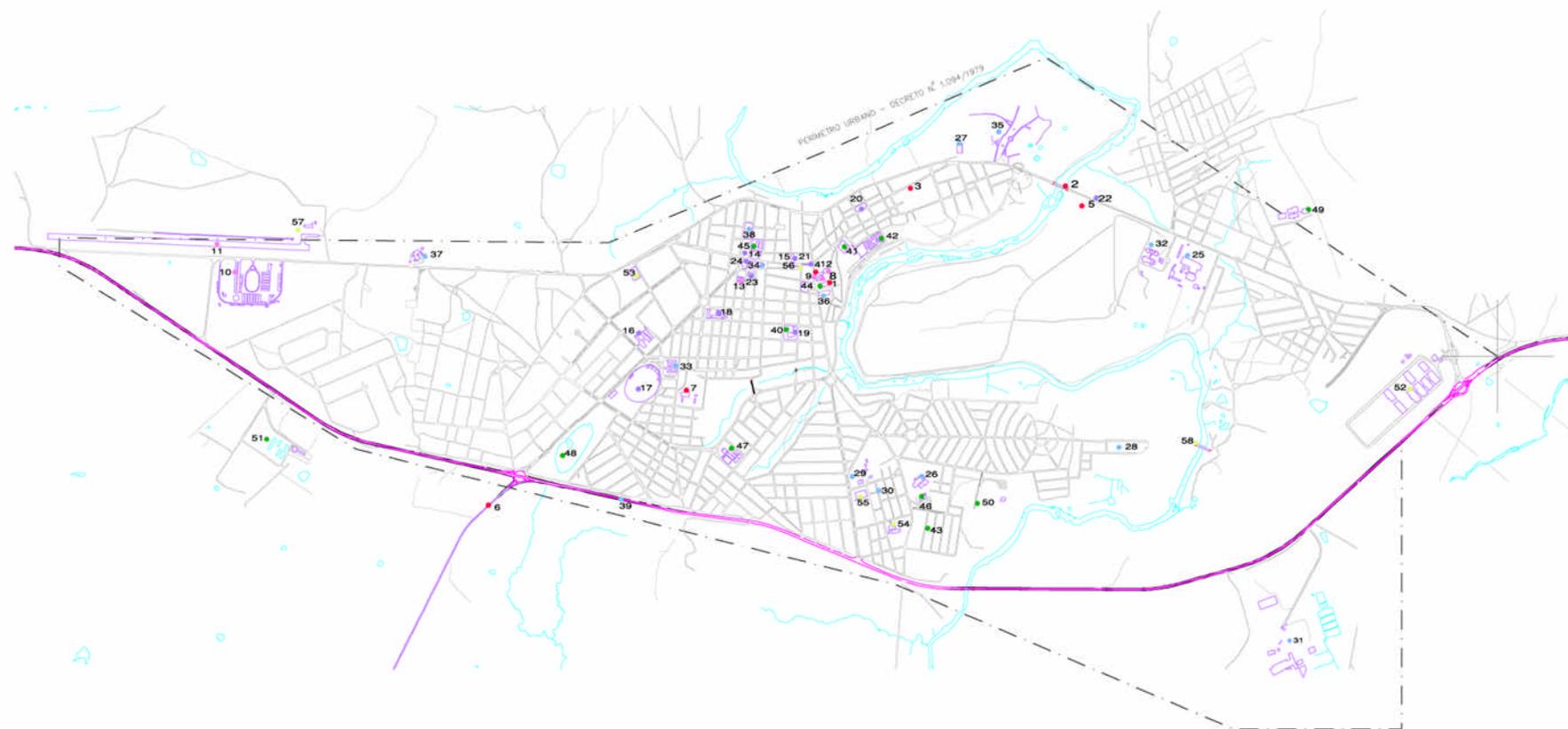
- LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO
- COMPANHIA DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL-CAR -1998

ELABORADO POR:

NELMA GUSMÃO DE OLIVEIRA

ESCALA:

1/25.000



LEGENDA

- Vias Pavimentadas
- Vias não pavimentadas
- Caminhos
- Perímetro Urbano
- Rios, lagoas e lagoas

1 A 7 - ATÉ 1952

- 1 Antigo Mercado - demolido nos anos 90
- 2 Ponte de acesso a Itabuna
- 3 Centro Educacional Alfredo Dutra
- 4 Associação Cultural Itapetinguense - ACI
- 5 Rodovia Itabuna-Lapa
- 6 Estrada Itapetinga-Patraguá
- 7 Cemitério Municipal Jardim da Saudade

8 A 13 - DE 1953 A 1959

- 8 Cine Teatro Fábila
- 9 Banco do Brasil
- 10 Parque de Capoiçães
- 11 Campo de Pousa - Alvará Aeroporto
- 12 Clube da Associação Cultural Itapetinguense
- 13 Hospital Santa Maria

14 A 24 - DE 1960 A 1969

- 14 Prefeitura e Praça Dóty Valley
- 15 Edifício Juvenal Oliveira
- 16 Hospital Cristo Redentor
- 17 Estádio Municipal
- 18 Cindaló Agro Industrial

- 19 Biblioteca Ta Ruth e Cozinha Acústica
- 20 Praça Monte Castelo
- 21 Alameda Rui Barbosa
- 22 Aterramento da Rodovia
- 23 Loja Maçônica Amor e União
- 24 Hotel Góttscow

25 A 39 - DE 1969 A 1984

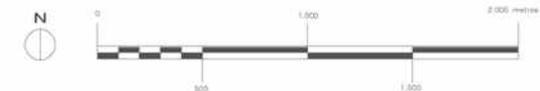
- 25 Fábrica de Leite Dóty
- 26 Colégio Palmitante
- 27 Jornal Dimensão
- 28 Casas populares
- 29 Centro Social Urbano - CSU
- 30 URBIS
- 31 MATRP
- 32 EMARC
- 33 UESB - primeiras instalações
- 34 Reforma Urbana na Centro da Cidade
- 35 Parque Municipal da Martinha
- 36 Museu Regional de Itapetinga
- 37 COOLEITE
- 38 Praça Olívio Mangabeira
- 39 Reforma e Transposição da Rodovia

40 A 51 - DE 1985 A 1998

- 40 Biblioteca Infantil e Reforma do Cozinha Acústica
- 41 Centro de Abastecimento Municipal I
- 42 Centro de Abastecimento Municipal II
- 43 Conjunto habitacional - ECOSANE
- 44 Praça da Bandeira
- 45 Fórum José Luís Neves da Rocha
- 46 Complexo Policial de Itapetinga
- 47 Colégio Noroeste Gumbó
- 48 Parque Municipal de Lagos
- 49 CAC Paula Hogge
- 50 Cemitério Municipal Parque de Etimidade
- 51 UESB - Novo Campus Universitário

52 A 58 - DE 1997 A 2002

- 52 Asséio e infraestrutura para Distrito Industrial
- 53 Indústria Brasileira de Bicicletas
- 54 Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães
- 55 Ginásio de Esportes
- 56 Requalificação Urbana do Centro da Cidade
- 57 Reforma e ampliação do Aeroporto
- 58 Ponte Nova Itapetinga



FONTES:

- PESQUISA DE CAMPO.
- NERY, Antônio da Silva. *Juvenal Oliveira: Vida e Obra*. Itapetinga: Dimensão, 1995.
- MOURA, Judith Jabour de. *Histórias e causas de Itapetinga*. Itapetinga: Dimensão, 1995.

BASE CARTOGRÁFICA:

- LEVANTAMENTO AEROFOTOGAMÉTRICO
- COMPANHIA DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CAR - 1998

ELABORADO POR:

NELMA GUSMÃO DE OLIVEIRA

ESCALA: 1/25.000